REVISTA

INSTITUTO BRASILEIRO DE EXECUTIVOS DE FINANÇAS

ANO XVI - NÚMERO 95 - BIMESTRAL - 2021 www.ibefrio.org.br



- Ezequiel Litvac, sócio EY: Por que o ESG de hoje não é suficiente?
- Nelson Rocha, secretário de Estado de Fazenda do RJ:
 Recuperação Fiscal, inovação para o Rio vencer uma crise histórica.
- Gustavo Godoy: Lei do Superendividamento e o Crédito Responsável.
- Estante: Alysson Paolinelli O Visionário da Agricultura Tropical.



| DANNEMANN | SIEMSEN

DA PROPRIEDADE INTELECTUAL À ARBITRAGEM E LITÍGIOS ESTRATÉGICOS.

SOMOS DANNEMANN SIEMSEN

120 anos de assessoria a clientes nacionais e internacionais, nas principais demandas da advocacia cível e empresarial de excelência, atuando em diversas áreas do Direito e segmentos da indústria. Além de líderes em Propriedade Intelectual na América Latina, somos referência em consultoria jurídica e litígios estratégicos. Com um time de mais de 180 profissionais, altamente capacitado, oferecemos soluções inovadoras e focadas em resultados, nas mais diversas especialidades, da Privacidade e Proteção de Dados a Arbitragem e Mediação, de Contratos Comerciais à Recuperação Judicial.





Caros leitores,

Revista IBEF chega a dezembro de 2021 graças ao apoio de nossos anunciantes, executivos e empresários que nos prestigiaram com a exposição de suas marcas, matérias e artigos.

Foi mais um ano de aprendizado e superação para todos nós profissionais de diversos ramos de atividades.

Identificamos os parceiros de todas as horas e tivemos a oportunidade de também retribuir com nosso esforço e trabalho.

Destacamos os executivos que foram capa da **Revista IBEF** em 2021: Roberto Campos Neto, presidente do Banco Central; Kamala Harris, vice presidente dos EUA; Ibef 50 anos de fundação; Daniel Darahem, CEO do JP Morgan Brasil; Alexandre Pierro, sócio da Palas; e Eduardo Giannetti, economista.

Esperamos ter contribuído com informações e notícias interessantes.

Nosso muito obrigado a você leitor por nos prestigiar.

NACIONAL

Que 2022 seja um ano de Saúde, Paz, Prosperidade e realizações para todos.

Marcos Chouin Varejão - Dezembro 2021

Índice

EDITORIAL
CAPA
OPINIÃO4 Ricardo Costa: A inconstitucional cobrança de complemento no ICMS-ST.
CAPA6 Eduardo Giannetti: O valor do amanhã.
NACIONAL8 Foram anunciados cerca de R\$ 11,4 bilhões em investimentos nas últimas duas semanas.
NACIONAL9 Ipea prevê crescimento do PIB Agropecuário de 1,2% em 2021 e 3,4% em 2022.
OPINIÃO12 Fabricio Bertini Pasquot Polido - Violação transfronteiriça de privacidade e ações coletivas: o caso 'Zoom' nos EUA e as lições para o direito brasileiro.
OPINIÃO

Projetos de mineração em desenvolvimento demonstram o grande potencial nacional.
INTERNACIONAL
OPINIÃO19 Gustavo Godoy: Como a lei do superendividamento impacta o crédito responsável.
ECONOMIA
DAY TRADE22 Coluna de informação.
RH25 Campos Mello Advogados, João Marcelo Queiroz e Cescon Barrieu.
ESTANTE27 Coluna sobre publicações editoriais.
NACIONAL28 Fundos de Investimento Imobiliário com foco em áreas agrícolas entram no radar de investidores.
NACIONAL

OPINIÃO
NACIONAL32 Ranking posiciona a Trígono Capital como a 13º gestora que mais captou ações em julho.
INTERNACIONAL
INTERNACIONAL34 Brasil faz bonito em premiação internacional de design.
NACIONAL35 Conheça os incríveis usos e beneficios do bambu!
INTERNACIONAL36 Chinesa Moutai é a marca de bebidas alcoólicas mais valiosa do mundo.
JURISPRUDÊNCIA38 TRF3 ganha Prêmio Ajufe de Boas Práticas de Gestão
OPINIÃO

Recuperação Fiscal: inovação para o Rio vencer uma crise histórica

Nelson Rocha*



O Plano de Recuperação Fiscal (PRF) entregue ao Tesouro Nacional no fim de outubro marca o início de uma nova era na economia e na gestão das contas públicas do Estado do Rio de Janeiro. Ao propor 13 medidas inovadoras de desenvolvimento como parte importante do caminho para o pagamento da dívida com a União, o Poder Público buscou novos paradigmas para resolver o antigo desequilíbrio das suas finanças. Não fazia mais sentido repetir o modelo fracassado, que concentrava os esforços apenas em reduzir a despesa quando o principal problema está na receita.

Investir no desenvolvimento do estado traz, sim, resultados extremamente positivos para a arrecadação. Essa teoria pode ser comprovada de maneira sólida ao analisarmos os resultados de um estudo econométrico inédito realizado na Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro (Sefaz-RJ): a cada aumento de 1% na taxa de emprego, a receita de ICMS cresce, em média, 0,95%. Da mesma maneira, uma

expansão de 1% da massa salarial eleva a arrecadação de ICMS em 0,85%. Em resumo, fomentar o desenvolvimento gera mais e melhores empregos e coloca uma dose generosa de fermento no bolo da arrecadação tributária.

O estudo reforça a necessidade de se estimular urgentemente o crescimento econômico como principal saída para o endêmico buraco fiscal fluminense. E quando falamos em aquecer a economia, precisamos falar também do fundamental papel do estado neste processo. Ciente da sua função, o governo planejou, por meio do programa Pacto RJ, investimentos de R\$ 17 bilhões nos próximos três anos em todos os 92 municípios fluminenses. Boa parte desses recursos será voltada para o setor de infraestrutura, o que ajudará a atrair empresas. Parte da quantia necessária para fazer frente a essas melhorias virá da concessão da Cedae, cumprindo-se, assim, o objetivo inicial de usar os recursos da venda da empresa para investir no estado, e não para o pagamento de despesas correntes.

"Somente por meio do desenvolvimento vamos superar o problema sistêmico que diagnosticamos como Estrutura Produtiva Oca, ou seja, o frágil encadeamento produtivo entre as regiões do estado."

Somente por meio do desenvolvimento vamos superar o problema sistêmico que diagnosticamos como Estrutura Produtiva Oca, ou seja, o frágil encadeamento produtivo entre as regiões do estado. É preciso integrá-las em um plano de desenvolvimento que considere as perspectivas setorial e espacial e tenha condições de criar esse adensamento produtivo. O momento é de mudar a lente por meio da qual se vê o estado, saindo da visão microscópica de olhar potenciais isolados de vocações econômicas, e o alívio de caixa propiciado pelo Regime de Recuperação Fiscal (RRF) cria o espaço financeiro necessário para os investimentos. De nada adiantará o benefício de pagar prestações menores da dívida durante o RRF se não houver um plano para alavancar a economia fluminense.

Ao todo, a nossa proposta de Plano de Recuperação Fiscal prevê uma arrecadação adicional de R\$ 100 bilhões na próxima década. Em termos numéricos, a principal medida de aumento de receita é a securitização de parte da Dívida Ativa do estado. A expectativa é reaver R\$ 44,8 bilhões nos próximos dez anos com essa iniciativa. Esse valor corresponde a um terço da Dívida Ativa total e pode ser efetivamente recuperado. O estado deve, atualmente, R\$ 172 bilhões à União e vale destacar que, em maio, esse valor era ainda maior, de R\$ 191 bilhões, e conseguimos renegociar para reduzir a quantia, economizando R\$ 19 bilhões. Um passivo desse tamanho só pode ser equacionado com ações assim, que fogem do lugar comum.

O mesmo pode ser dito do mercado de créditos de carbono. O tema foi um dos principais da conferência COP 26, encerrada recentemente na Escócia. E o Rio de Janeiro quer ser protagonista na negociação desse tipo de ativo. A previsão mais conservadora, incluída no PRF, é que essa nova fronteira da economia verde possa render R\$ 721 milhões aos cofres do estado, mas acreditamos que esta quantia possa chegar a R\$ 1 bilhão por ano.

Outra ação incluída no Plano é o aprimoramento da fiscalização do pagamento de Royalties e Participações Especiais. Pelos nossos cálculos, serão R\$ 22,3 bilhões a mais nos cofres do estado com essa melhoria, possível graças a um convênio firmado entre a Sefaz-RJ e a Agência Nacional do Petróleo (ANP). Nesse ponto, a CPI dos Royalties conduzida pela Assembleia Legislativa do Rio (Alerj) teve importância fundamental. Também é preciso destacar o trabalho do parlamento na discussão dos ajustes obrigatórios exigidos pelo Tesouro Nacional. Todos os pontos foram ampla e democraticamente debatidos com diversos setores da sociedade.

Em que pese o caráter inovador de algumas das medidas do plano, todas foram pensadas levando em conta a total responsabilidade na gestão da coisa pública. Conjugando esses dois conceitos, temos um plano de desenvolvimento de longo prazo para que o Rio possa, enfim, superar a crise econômica que há tantos anos assola o estado.

A inconstitucional cobrança de complemento no ICMS-ST

Ricardo Costa*

A Substituição Tributária é uma técnica de arrecadação que veio para auxiliar o fisco, isto porque é muito mais eficaz fiscalizar e concentrar as atenções na indústria da cerveja e cigarros, por exemplo, do que cada estabelecimento atacadista ou varejista que comercializa tais produtos. O instituto não é novo e foi constitucionalizado na Emenda nº 3 de 1993 que introduziu o §7º no art. 150 da Carta Constitucional.

O texto inserido na Constituição assegura "a imediata e preferencial restituição da quantia paga, caso não se realize o fato gerador presumido", tendo o Supremo Tribunal Federal no julgamento das ADIs nº 2.675 e nº 2.777 e do Recurso Extraordinário 593.849, decidido que Estados devem restituir o ICMS-ST pago a maior pelo fato de a venda ao consumidor final ter sido realizada por valor menor do que o utilizado como base para a retenção.

Com efeito, se conclui que a razão de ser do instituto Substituição Tributária sempre foi facilitar a fiscalização e assegurar antecipadamente a arrecadação (do fato gerador presumido), sendo garantido em contrapartida no bojo do §7º do art. 150 da CF/88 a devolução de eventual pagamento antecipado a maior (decisão do STF) ou indevido (não ocorrência do fato gerador presumido).

Essa contextualização é importante porque após o citado julgamento das ADIs nº 2.675 e nº 2.777 e do Recurso Extraordinário 593.849 pelo STF, os fiscos estaduais, inconformados com o resultado desfavorável, estão tomando medidas ilegais e inconstitucionais para coagir o contribuinte a deixar de exercer seu direito à restituição reconhecido pela Corte Suprema.

Estados modificam suas Leis após decisão do STF

O Estado de São Paulo, por meio da Lei nº 17.293/2020, entre outras medidas, acresceu o artigo 66-H à Lei nº 6.374/89, que disciplina o ICMS paulista, com autorização para cobrança de complemento do imposto retido antecipadamente quando o valor da operação ou prestação final com a mercadoria ou serviço for maior que a base de



cálculo da retenção. Invariavelmente o dispositivo é acionado pela fiscalização quando o contribuinte se vale do direito a restituição previsto pela Constituição e assegurado pelo STF, servindo como meio indireto de coação e intimidação à queles que pretendem exercer seus direitos.

Mas o fisco paulista não está só nesse modus operandi, sendo que podemos citar, entre outras, a recente legislação do Estado do Ceará

(Lei Estadual nº 17.440, de 9-4-2021), em que consta nos §§ 1º e 2º do art. 22 da novel Lei, a intrínseca vinculação entre o pedido de restituição do ICMS/ST e a verdadeira ameaça de reconstituição de operações para cobrança de complemento[1].

Ocorre que três questões primordiais se levantam quanto a alteração das legislações estaduais para prever expressamente o complemento de ICMS-ST a recolher.

O art. 150, §7º da CF não autoriza Complemento de ICMS-ST

A primeira e principal é o fato de não existir no §7º do art. 150 da CF/88 qualquer referência a possibilidade de complemento caso o fato presumido seja realizado com base de cálculo superior a utilizada para o recolhimento antecipado. A previsão do dispositivo é para restituição e não cobrança.

É que, consoante demonstrado no início desse texto, o instituto da Substituição Tributária foi desenhado com o objetivo de suprir necessidade do fisco e não do contribuinte. Em outros termos, a técnica de arrecadação e fiscalização faz com que a autoridade fazendária antecipe o recolhimento de tributos, cujo vencimento somente ocorreria nas operações futuras, maximizando os seus resultados. Além disso, é incalculável os ganhos obtidos pelo fisco com a diminuição do risco de inadimplência, já que concentra o recolhimento em apenas uma etapa da cadeia produtiva.

Assim sendo e diante desse quadro, o art. 150, §7º da CF/88, por vontade constituinte, não autoriza a exigência

de complemento, impedindo dessa forma a elaboração de Leis Estaduais que instituam a possibilidade de cobrança de complemento do ICMS-ST.

Necessidade de Lei Complementar

Além disso a segunda questão, também relacionada à Constituição Federal, é o fato de que as regras sobre Substituição Tributária do ICMS, por se tratar de normas gerais de tributação, devem ser reguladas por Lei Complementar Federal, nos termos do estabelecido no art. 146, III, "a" da CF/88.

Nesse sentido, caso se entenda, de forma equivocada como já explicado, que existe previsão na Constituição (art. 150, §7°) para cobrança do complemento de ICMS-ST, ainda assim necessário se faz a regulação de tal possibilidade por meio de Lei Complementar, qual seja, previsão na LC nº 87/96 (Lei Kandir) que autorize os Estados por meio de legislação própria instituir a cobrança do complemento.

Partindo da premissa citada no parágrafo anterior, as legislações estaduais com autorização de cobrança de complemento de ICMS-ST, quando da desconfiguração dos fatos geradores presumidos de determinado período de apuração, carecem de legalidade (falta de previsão em Lei Complementar) e constitucionalidade (violação ao art. 146, III, "a" da CF/88).

STF não tratou do Complemento de ICMS-ST

Não bastando, o terceiro ponto relevante é a abrangência do quanto decidido pelo STF nas ADIs nº 2.675 e nº 2.777 e do Recurso Extraordinário 593.849 pelo STF, já que a decisão da Corte Suprema não apreciou questionamento do fisco quanto a possibilidade de cobrança de complemento de ICMS-ST.

O STF realizou a interpretação do art. 150, § 7º da CF sob a perspectiva da definitividade do fato gerador ocorrer com base de cálculo menor que a presumida, ou seja, a possibilidade ou não de restituição ao contribuinte, inexistindo qualquer menção a possibilidade de complemento no acórdão vencedor.

Nem se diga que se trata de consequência automática do princípio da isonomia, haja vista que os princípios constitucionais esculpidos no art. 150 da CF (limitações ao Poder de Tributar) existem para proteger o contribuinte contra a fúria arrecadatória do Estado, motivo pelo qual utilizar a isonomia visando autorizar cobrança de tributo é equivocado e perigoso, consoante se verifica pela simples previsão, com requintes de vingança, das legislações estaduais que não escondem o intuito de "alertar" o contribuinte que se ousarem pedir restituição, poderão se sujeitar a cobrança do complemento de ICMS-ST.

Portanto, levando-se em conta o fim último do instituto da Substituição Tributária, seus resultados pragmáticos para o fisco, tanto em antecipação de receitas quanto facilidade de fiscalização, principalmente por falta de previsão constitucional, carece de fundamento a cobrança do complemento de ICMS-ST pelos Estados.

[1] "Art. 22.

- 1° O contribuinte substituído terá, ainda, direito à restituição do ICMS pago em valor maior que o devido decorrente da utilização, no cálculo do imposto relativo à substituição tributária progressiva, de base de cálculo presumida superior à base de cálculo do real valor de venda do produto ao consumidor final.
- 2° Na hipótese do § 1°, caberá ao Fisco constituir, relativamente às operações praticadas durante os mesmos períodos a que se refiram as operações tributadas em valor maior que o devido, créditos tributários de ICMS complementar quando ficar constatada a utilização, no cálculo do imposto devido por substituição tributária progressiva, de base de cálculo presumida inferior à base de cálculo do real valor de venda do produto ao consumidor final, podendo inclusive ser realizada a compensação de oficio do crédito tributário complementar com valores a serem restituídos ao contribuinte.



O Valor do Amanhã



Em painel promovido pela CBIC- Câmara Brasileira da Indústria da Construção, o economista Eduardo Giannetti analisou o cenário econômico brasileiro e previu que o crescimento não será sustentado. Ele proferiu a palestra "O Valor do Amanhã", título de um dos seus célebres livros. Embora a obra tenha sido publicada originalmente em 2005, fornece subsídios para uma discussão sobre os destinos que o paísdeve tomar a partir do fim da pandemia.

Giannetti começou a sua palestra demonstrando que o ser humano adquiriu a arte de cooptar o tempo e faz isso por meio das trocas intertemporais e entre o passado e o futuro. "Podemos ser credores, o que significa escolher pagar agora e viver depois. Ou devedores, quando aceitamos um custo futuro para desfrutar agora, o que na economia se chama devedores, quando aceitamos um custo futuro para desfrutar agora, o que na economia se traduz nos juros", explicou.

Sobre o mundo e o Brasil no período pós pandemia, Giannetti disse que há algumas certezas ao lado de outras incertezas. Segundo ele, o planeta estará mais endividado, tanto no que se refere aos países quanto às famílias, menos globalizado e mais digitalizado". O Brasil, no pós covid, terá que prestar muita atenção

ao endividamento público, ainda que a relação entre a dívida do governo e o PIB, tenha crescido, mas abaixo do esperado", recomendou.

Para explicar sobre como a globalização será refreada, ele citou o exemplo da indústria farmacêutica, que tem 85% dos seus ingredientes ativos produzidos por China e Índia, e os problemas de fornecimento de semicondutores, que tem afetado diversas indústrias. Em relação ao digital, o exemplo foi a mudança na forma como os consumidores adquirem bens por meio da internet.

Quanto às incertezas, o economista avaliou que a disputa entre a engenhosidade humana e as novas cepas do coronavírus ainda não está resolvida. "É cedo para se cantar vitória, ainda que, no Brasil, a variante delta não tenha avançado tanto".

Giannetti disse não descartar uma guinada fiscal populista do governo nas vésperas da eleição de 2022. "Não acho que está contratado, mas o cenário exige atenção, pois vamos ter um ano cheio de emoções, com ameaça de mais inflação e aumento dos juros. O quadro inspira cuidados" pontuou.



Confiança é fundamental

A Branco Consultores oferece além de seus trabalhos de consultoria e contencioso tributário, as seguintes áreas de serviços:

- Contabilidade
- · Diagnóstico de Procedimentos fiscais
- · Supply Chain Foco tributário
- · Preços de Transferência
- · Revisão, preparação e retificação de obrigações fiscais acessórias
- · Due diligence fiscal
- · BPO Terceirização de Processos
- · Inovação tecnológica Contábil/fiscal
- · Recuperação de créditos fiscais
- Treinamentos empresariais
- Mediação e arbitragem



- Consultoria tributária
- · Assessoria jurídica tributária
- · Perícias contábeis

RIO DE JANEIRO

Rua 7 de Setembro 111 – 7° andar Centro - Rio de Janeiro - RJ CEP 20050-91

Tel.: 21 3231-5900

SÃO PAULO

Rua Vergueiro, 2087 - Cj. 101

Vila Mariana - São Paulo

CEP 04.101-000

Tel.: 11 5087-8910

Fax: 11 5087-8810

Foram anunciados cerca de R\$ 11,4 bilhões em investimentos nas últimas duas semanas

- ▶ A Companhia Brasileira de Alumínio (CBA) irá investir R\$ 4 bilhões nos próximos 5 anos, dos quais R\$ 2 bilhões serão destinados ao "Projeto Bauxita Randon", em Rondon (PA), e considera o desenvolvimento da mina e da logística. Os outros R\$ 2 bilhões serão destinados à produção de alumínio e reciclagem, contemplando a religação dos fornos 1 e 3 na unidade de Alumínio (SP).
- ▶ A Great Wall, montadora chinesa, pretende investir cerca de R\$ 4 bilhões nos próximos 5 anos. O montante referese à aquisição e reforma da fábrica da Mercedes-Benz, em Iracemápolis (SP), na qual espera-se ter capacidade anual de produção de 100 mil veículos, além de gerar cerca de 2 mil empregos.
- ▶ O Porto de Itapoá investirá R\$ 1,5 bilhão em projetos de expansão nos próximos 5 anos. A expectativa é ampliar a capacidade de movimentação anual de 1,2 milhão TEUs para 2 milhões e permitir que o complexo portuário da Babitonga (SC) receba embarcações de até 400 metros.
- ➤ A AES Brasil investirá R\$ 3,5 bilhões entre 2021 e 2025. Isso representa uma alta de R\$ 1,131 bilhão referente ao plano anunciado anteriormente. Assim, do total de investimento planejado, R\$ 2 bilhões serão destinados à expansão do Complexo Eólico Cajuína, R\$ 918 milhões no Complexo Eólico Tucano e o restante em modernização e manutenção.
- ▶ A Kempinski Hotels, grupo de hotéis de luxo da Europa, pretende investir R\$ 540 milhões na expansão e revitalização do hotel Laje de Pedra, em Canela (RS). Deve-se gerar 500 empregos diretos e espera-se que as obras estejam prontas no segundo semestre de 2024.
- ► A S.I.N Implant System, fabricante de implantes dentários, construirá uma fábrica em São Paulo (SP) com um investimento de R\$ 100 milhões.
- ▶ A Furnas planeja investir R\$ 44 milhões no projeto que consiste em unir uma planta de geração solar com a produção de hidrogênio verde (H2) na hidrelétrica de

- Itumbiara (GO). A planta, que deve ter capacidade de gerar 1 MW, terá dois conjuntos de placas fotovoltaicas uma fixa, no solo, e outra flutuante, sobre a água do reservatório, deve ficar pronta ainda em 2021.
- ▶ A Araupel, fabricante e exportadora de componentes de madeira para construção civil, pretende investir R\$ 40 milhões na ampliação de sua fábrica em Guarapuava (PR), com expectativa de gerar mais de 100 empregos diretos.
- ▶ A rede de restaurantes Outback Steakhouse investirá R\$ 39 milhões na abertura de 10 novas unidades, das quais 5 ficarão em São Paulo, 3 no Rio de Janeiro, 1 em Brasília e a última em Belém (PA), ainda em 2021.
- ▶ A Unimed Nordeste RS pretende modernizar e ampliar o complexo hospitalar em Caxias do Sul (RS) com um investimento de R\$ 15 milhões até 2022. O aporte contempla 38 novos leitos clínicos e oncológicos, bem como uma nova UTI com 20 leitos.
- ▶ A Prometeon, empresa que desenvolve e fabrica pneus para caminhões, ônibus e "Off the Road" (OTR), investirá US\$ 1 milhão em um laboratório na planta de Santo André (SP), que buscará desenvolver produtos mais modernos e eficientes.
- ▶ A paranaense Expresso Princesa dos Campos, focada em transporte de passageiros e encomendas, investirá R\$ 4,5 milhões na renovação da frota, reformas de terminais físicos de encomendas e tecnologia.
- ► A Xiaomi pretende abrir 5 lojas no Brasil em 2021. As lojas devem ser abertas no Rio de Janeiro, Paraná e Bahia.
- ▶ A Jundiá Foods, focada em alimentos congelados e refrigerados, pretende abrir 9 novas unidades até o final de 2021.

FONTE: ECONOMIAEMDIA.COM.BR - DEPEC BRADESCO

Ipea prevê crescimento do PIB Agropecuário de 1,2% em 2021 e 3,4% em 2022



A previsão anterior de crescimento era de 1,7% para 2021

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) revisou, o valor adicionado (VA) do setor agropecuário de 1,7% para 1,2% em 2021. As reduções nas estimativas de produtividade e produção no milho e um cenário menos favorável para a produção de leite foram os motivos considerados para os ajustes feitos pelos pesquisadores do Grupo de Conjuntura do Ipea.

O valor adicionado da produção vegetal em 2021 também foi revisto para baixo: de 1,7% para 1,2%, devido à revisão para a estimativa de produção do milho, que deve apresentar queda de 15,5% - de acordo com levantamento do IBGE. Apesar disso, o resultado para o componente deve ser positivo, sustentado pelas significativas altas nas produções de soja (+10,1%), arroz (+4,3%) e trigo (+32,9%). Entre as culturas com maior participação no VA deste componente, a soja é a única que apresenta perspectiva de crescimento no ano. As demais culturas de maior importância devem influenciar negativamente para o resultado deste componente por questões climáticas: milho (-15,5%), cana-de-açúcar (-3,7%) e café (-21,2%).

A produção animal foi revista com alta de 1,8% para 1,2% este ano. Apesar do crescimento na produção de aves (+6,8%), suínos (+8,7%) e ovos (+1,4%), a projeção é de queda nos dois produtos com maior participação no valor adicionado: bovinos (-0,9%) e leite (-0,4%). Entre esses, a revisão da projeção para o leite foi a principal responsável pela estimativa de crescimento mais baixo para a produção animal. Pedro Garcia, pesquisador associado do Ipea e um dos autores da nota, lembra que "o aumento do custo de produção é um fator que tem desincentivado a produção de leite". Apesar da leve recuperação no consumo de carne bovina, a alta no preço da proteína e o impacto negativo da

pandemia sobre o mercado de trabalho resultaram em um cenário mais desfavorável.

Para 2022, a estimativa foi revisada marginalmente com alta de 3,3% para 3,4% no valor adicionado do setor agropecuário, com crescimento de 2,2% na produção animal (ante alta de 1,8% na publicação mais recente) e 3,9% na produção vegetal (mantida desde a previsão anterior). Há perspectiva positiva por conta de expectativas de crescimento nas culturas de soja e milho; de recuperação do crescimento da produção de bovinos (após dois anos consecutivos de queda) e de nova alta estimada para a produção de suínos.

Os pesquisadores sinalizam que o cenário de riscos da produção agropecuária segue em linha com o que foi divulgado anteriormente – na Nota de Conjuntura nº. 18, de agosto deste ano. Para 2021, há possibilidade de efeitos residuais do fenômeno climático La Niña sobre culturas ainda em colheita, como a cana-de-açúcar. A produção animal poderá continuar a sofrer os efeitos da mudança nos preços relativos e elevação nos custos de produção. Para 2022, ainda há dúvidas sobre o ciclo climático que prevalecerá na safra, sua intensidade e os efeitos sobre a produção vegetal; mas na produção animal, o cenário é de normalização da oferta de bovinos.

O levantamento segue sendo realizado com base nas estimativas do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e em projeções próprias para a pecuária a partir de dados da Pesquisa Trimestral do Abate de Animais, da Produção de Ovos de Galinha e Leite. Nesta edição, há participação da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) nas previsões para 2022 para o segmento da produção vegetal.

O admirável mundo novo das Insurtechs

Tarcísio Godoy e Samy Hazan*

Risco não é uma preocupação do dia a dia. Logo, a maioria das pessoas não se preocupa em contratar um seguro para proteger sua vida ou seu patrimônio. Normalmente, o corretor de seguros é o profissional que orienta e lembra os clientes, uma vez por ano, da necessidade de se envolverem com sua apólice de seguro para renovar suas coberturas.

Contudo, observamos uma grande transformação no setor de seguros que está apenas começando. O ritmo de adoção de novas tecnologias aumenta exponencialmente. Este enorme mercado que movimenta no Brasil cerca de R\$ 500 bilhões por ano está rapidamente abraçando novas tecnologias e novos modelos de negócios, trazendo clientes e milhões de pessoas que ainda hoje apresentam nível de proteção inadequado para os riscos a que estão expostos.

Esses novos entrantes, impulsionados pelas chamadas Insurtechs, estão alavancando suas experiências digitais, como chatbots para ajudar a atender às necessidades dos corretores de seguros e clientes, avanços no processamento de linguagem natural (PNL), tecnologias de reconhecimento óptico de caracteres (OCR) e aprendizado de máquina (ML). Significa que esses chatbots agora são capazes de oferecer experiências e jornadas muito mais suaves, algumas delas 100% digitais, inteligentes e instantâneas para o público em geral.

A comodidade das soluções tecnológicas leva as pessoas a aprovarem suas experiências em plataformas digitais, nas quais com poucos cliques obtêm uma solução imediata. Esperar numa fila de uma central de atendimento não é uma solução imediata. Por essa razão, a indústria de seguros está trazendo mais soluções digitais e automação para acelerar o serviço oferecido ao cliente e reduzir custos operacionais.

Seguindo a tendência atual, brevemente a maioria dos corretores de seguros vai oferecer aos seus clientes soluções digitais de tratamento de sinistros, envolvendo uma experiência mais eficiente que aquela que conhecemos hoje. Espera-se que essa maior satisfação dos clientes fortaleça ainda mais o mercado de seguros e aumente o nível de proteção da sociedade contra riscos de vida e patrimônio.



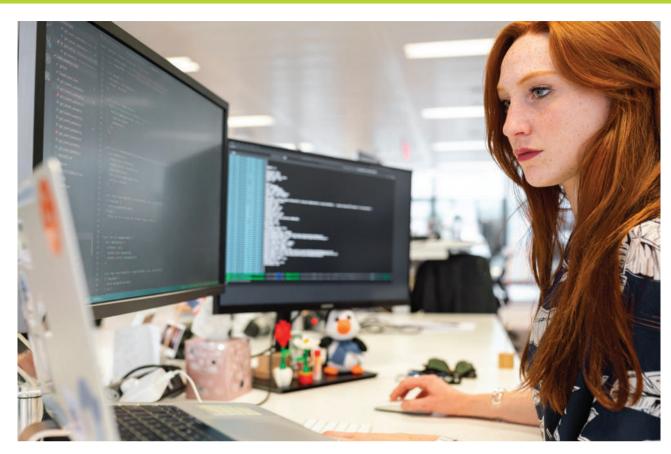


Dadas as constantes melhorias de Inteligência Artificial (IA), câmeras e supercapacidade de armazenamento, os fabricantes de automóveis conseguirão armazenar mais dados no veículo. Graças ao 5G e às novas versões de Wi-Fi, os dados poderão ser baixados do carro muito rapidamente. O volume de dados também vem crescendo substancialmente. Assim, colaborando com os fabricantes de automóveis e com o consentimento do motorista, as seguradoras serão capazes de obter acesso a gigabytes de dados para cada motorista.

Mas as inovações não param por aí. A grande revolução tem sido o uso intenso das APIs pelas seguradoras e Insurtechs. A busca por conectar outros ecossistemas vem aumentando a capacidade digital das seguradoras, gerando uma experiência superior para o usuário do seguro.

Além disso, a tecnologia contribui para tornar as coberturas securitárias quase invisíveis aos olhos do usuário. Um carro conectado já pode registrar um sinistro de forma totalmente automática após um acidente, informando a exata velocidade e a forma como o motorista estava conduzindo o seu veículo. Isto sem contar que, com essa hiperconexão, a seguradora já pode calcular o preço do seu seguro de acordo com o seu estilo de direção, tempo e forma de utilização do veículo, levando a uma personalização do preço do seu seguro sem precedentes.

Na linha dos seguros residenciais, outro exemplo clássico, uma casa conectada em rede pode determinar o nível de risco de roubo em tempo real, assim como emitir alertas sobre vazamentos de água, gás e outros tipos de riscos. E, da mesma forma, leva a um preço de renovação do seguro muito mais personalizado e de acordo com o perfil de risco de cada um.



Para o segurado, a hora da verdade é no pagamento do sinistro. Assim, o upload de fotos, vídeos e documentos pessoais pelo celular ou tablets é uma ferramenta cada vez mais utilizada para melhorar uma jornada de sinistros, que hoje já pode ser totalmente digital.

A jornada do sinistro também passa por um processo de maturação digital e crescente automação. Inspeções virtuais guiadas, análise de imagem e metadados, bem como Inteligência Artificial combinados com vastos e robustos bancos de dados do histórico de sinistros, estão levando ao desenvolvimento de algoritmos sofisticados para pagamentos das indenizações, de forma instantânea e em tempo real. O cliente envia fotos ou vídeos das perdas, seus documentos pessoais – tudo pelo celular – e recebe instantaneamente o valor da indenização conforme contratado na apólice.

No campo do Seguro de Vida e Saúde, a grande novidade são os programas de bem-estar e saúde oferecidos pelas seguradoras como estratégia para criar maior engajamento com o usuário e gestão do risco da saúde. O cliente compartilha suas informações de saúde e dados de atividade em tempo real, através de dispositivos vestíveis como relógios e outros acessórios. Em troca, recebe premiações e até descontos para seus seguros.

Os seguros paramétricos são outra inovação do setor. Imagine que você está embarcando para o exterior e recebe a notícia do atraso do seu voo. Na hora em que a companhia aérea anunciar o atraso, o valor da indenização da sua apólice de seguro-viagem será pago instantaneamente em função do parâmetro estipulado para o tempo de atraso do seu voo.

Com o boom de Insurtechs e novas tecnologias na área de seguros, cresce também a demanda por profissionais qualificados em inovação. Há uma ampla oferta de cursos e programas educacionais — alguns em parceria com universidades no exterior — para aprimorar os conhecimentos em tecnologias disruptivas voltadas para o mercado de seguros. Esses conhecimentos são preciosos na valorização da carreira profissional.

Bem-vindo ao admirável mundo novo da Tecnologia no Seguro ou das Insurtechs! Uma experiência cada vez mais virtual e digital, interações em tempo real, ofertas personalizadas, engajamento 24 horas por dia, proteção e prevenção de riscos, e, ao mesmo tempo, tudo com um toque humano real, na hora que o cliente desejar.

Violação transfronteiriça de privacidade e ações coletivas: o caso 'Zoom' nos EUA e as lições para o direito brasileiro

Fabricio Bertini Pasquot Polido*

Um acordo envolvendo reclamações de violação de privacidade apresentadas contra o Zoom nos Estados Unidos custou 85 milhões de dólares à plataforma de videoconferência, que se tornou absolutamente popular durante a pandemia. Até a expressão 'zooming' foi cunhada para denominar novos padrões de comunicação no isolamento social provocado pela Covid19, entre os encontros remotos em eventos, aulas e reuniões.

Desde maio do ano passado, o Zoom vinha enfrentando uma ação coletiva nos Estados Unidos, com base nos pedidos feitos por usuários que alegavam violação da proteção de privacidade e informações pessoais. Segundo as principais alegações de usuários, a plataforma havia: (i) utilizado ferramentas de criptografia ponta-a-ponta aparentemente disponíveis para enganá-los a respeito das funcionalidades do serviço, (ii) compartilhado indevidamente os dados de usuários com terceiros e (iii) fornecido controles de segurança e privacidade inadequados, resultantes no chamado "zoombombings". Conforme definido na minuta de acordo proposta pela empresa, Zoombombings são "interrupções indesejadas e não autorizadas" de reuniões de Zoom, que causaram vários problemas e interrupções para Zoom e seus usuários. O Departamento de Justiça dos EUA, no ano passado, considerou delito criminal a prática de 'zoombombing' por usuários externos (interrupção das reuniões via Zoom); para as pessoas que os conduzem há sanções, como multas ou detenção com base em outros tipos penais previstos nas leis estatais ou federais nos Estados Unidos.

O acordo preliminar ("settlement agreement") para pagamento da quantia em questão pela plataforma Zoom foi apresentado durante o último final de semana de julho à Corte do Distrito Norte da California e agora aguarda a homologação em juízo até outubro deste ano. A juíza do caso é magistrada Lucy Koh, famosa por lidar com ações coletivas semelhantes envolvendo grandes empresas no Estado da California, e que provavelmente deve aprovar o pedido. Ao total, de março a maio de 2020, foram intentadas 14 ações judiciais contra o Zoom, então consolidadas em uma "class action". Se aprovado o valor proposto de 85 milhões de dólares, a quantia indenizatória será distribuída

entre usuários, de tal modo que os que pagaram por um conta (assinatura) estariam qualificados para receber 15 % do valor que pagaram para o Zoom por suas assinaturas.

Enquanto o Zoom ganhou \$1,3 bilhões em assinaturas de membros entre 2020 e a presente data, a empresa considerou a razoabilidade do acordo de 85 milhões de dólares, sobretudo em função dos riscos significativos de litígio. Litigar nos Estados Unidos, como conhecido por advogados e especialistas em solução de disputas, é muito caro. Uma ação judicial perante tribunais estadunidenses envolve fases preparatórias, júri, decisão final e recursos.

Além do pagamento dos 85 milhões de dólares, a plataforma Zoom também concordou em estabelecer várias mudanças em seus termos de serviços, centrados na melhoria da segurança, no reforço da privacidade, e na salvaguarda dos dados dos consumidores digitais. A empresa concordou, ainda, em permitir notificações na reunião para facilitar aos usuários a compreensão de quem pode ver, guardar, e compartilhar as informações e conteúdos gerados pelos usuários do Zoom. O risco imediato dos "zoombombings" reside no efeito de diluição da proteção da privacidade de dados de usuários - pessoais e não-pessoais, além de probabilidade de apropriação ilegal de dados por terceiros, externos à cadeia de operações envolvendo tratamento de dados segundo as leis nacionais. Segundo as modificações a serem introduzidas no serviço da plataforma, haveria um alerta para usuários no caso de um anfitrião de reunião ou outro participante utilizarem aplicativo ou programa, desenvolvido por terceiros, durante uma sessão de reunião (por exemplo, um gravador de tela, um decodificador de mensagens privadas entre usuários, um transmissor de streaming ou carregador de conteúdo postado dentro da reunião). Ainda segundo o Acordo, o Zoom também não reintegrará o kit de desenvolvimento de software (SDK) do Facebook para iOS nas reuniões do Zoom durante um ano, e solicitará que o Facebook elimine quaisquer dados de utilizador dos EUA obtidos do SDK.

Para o Brasil, o caso descrito é um exemplo entre casos semelhantes a serem trazidos perante a Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD, dentre suas competências "O exercício casuístico da plataforma Zoom, como visto da perspectiva da prática dos acordos submetidos a homologação pelos tribunais dos Estados Unidos da América, demonstra ainda que grandes conglomerados de tecnologia buscarão mitigar os riscos de excessiva judicialização nas demandas coletivas ao redor do globo."

estabelecidas pela LGPD, e aqueles que podem ser judicializados com fundamento na Lei. Isso porque a LGDP prevê, em seu Art. 22, o direito de titulares de dados pessoais de recorrer aos tribunais para tutela individual ou coletiva. e, nessas hipóteses, o processamento das demandas será disciplinado pelas regras do Código de Processo Civil, tratados e convenções de que o Brasil é parte, e da legislação especial em tutela coletiva. Inclusive, valores em termos de ajustamento de conduta e decisões indenizatórias poderão ser revertidos para o Fundo de Defesa de Direitos Difusos. particularmente nas situações específicas envolvendo demandas de interface com direitos do consumidor, infração à ordem econômica, e outros interesses difusos e coletivos. Da mesma forma que a ANPD, em suas atribuições relacionadas ao processo administrativo de apuração de condutas dos agentes de tratamento relacionadas à violação das normas de proteção de dados e aplicação de sanções e multas, os tribunais não estão impedidos de apreciar demandas fundadas na LGPD. A ANPD ainda deverá definir, por regulamento, as regras aplicáveis sobre procedimento envolvendo sanções administrativas aplicadas em casos de violação à LGPD, compreendendo, ainda, as metodologias que guiarão o cálculo do valor-base de multas. Segundo o Art. 52, inciso II, da Lei, a multa poderá ser de até 2% do faturamento da pessoa jurídica de direito privado, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, até o patamar de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por infração.

Importante observar que a atuação da ANPD, como autoridade regulatória, exercendo a jurisdição administrativa, não exclui o recurso ao Judiciário, como tem sido observado corretamente por especialistas, sobretudo os que consideram, igualmente, o caráter coletivo do direito fundamental à privacidade e proteção de dados pessoais. Grandes blocos de questões e controvérsias poderão entrar em cena nos

tribunais brasileiros, como discussões sobre a repercussão coletiva e constitucional da violação de obrigações gerais e específicas por parte de agentes de tratamento, irregularidade no tratamento, mas também aquelas da violação dos direitos de titulares. O próprio STF, na decisão declarando a inconstitucionalidade da Medida Provisória 954/2020 (entrega de dados ao IBGE pelas operadoras de telefonia), adiantou os subsídios para a interpretação conforme à Constituição de direitos que informam a LGPD. Casos de compartilhamento de dados, por exemplo devem ser testados segundo as bases de tratamento e obrigações a controladores de dados, em linha com a LGPD e Constituição. A Constituição também garante liberdades aos agentes econômicos na modelagem de políticas de privacidade ajustadas ao direito brasileiro e normas internacionais relevantes.

O exercício casuístico da plataforma Zoom, como visto da perspectiva da prática dos acordos submetidos a homologação pelos tribunais dos Estados Unidos da América, demonstra ainda que grandes conglomerados de tecnologia buscarão mitigar os riscos de excessiva judicialização nas demandas coletivas ao redor do globo. Empresas perceberam os graves riscos - reputacionais, prejuízos financeiros, conflitos com acionistas e perdas de valor de mercados - que decorrem das más experiências envolvendo condutas de violação de privacidade de dados de usuários, clientes e consumidores. Da mesma forma, elas buscarão evitar o tensionamento político em matéria de dados, esse, aliás, promovido por algumas autoridades regulatórias descomprometidas com graus de transparência, respeito aos padrões democráticos e império da lei. Certamente, a ANPD brasileira fará rota contrária, fomentando o diálogo e permitindo que atores interessados em cultura de privacidade e proteção de dados ocupem um lugar dentro das instituições da governança digital.

Opinião

Quais os impactos da MP 1.040/21 na desburocratização do ambiente de negócios?

Thais Cordero*

A aprovação da MP 1.040/41, pela Câmara dos Deputados, traz mudanças significativas no âmbito societário. Com a proposta de desburocratizar o ambiente de negócios, o projeto pode, de fato, se tornar um facilitador nos processos de constituição, registros e obtenção de licenças, caso seja também aprovada pelo Senado. Contudo, alguns impactos consequentes devem ser levados em consideração pelas companhias que se enquadrarem nas alterações previstas por tal Medida Provisória.



Ainda, podemos destacar a concessão automática, via sistema, para a obtenção de alvará de funcionamento, junto com licenças para empresas enquadradas em atividades de grau de risco médio. A proposta é, sem dúvida, um facilitador para o início das atividades pelos empresários e empresas em âmbito nacional - corroborando, neste aspecto, com a desburocratização dos negócios, com ressalva apenas para as licenças ambientais.

O tempo de abertura de um negócio traduz o nível de burocracia ao empreendedor. No Brasil, essa média chegou a 4,5 dias durante a pandemia, um aumento significado diante das inúmeras dificuldades enfrentadas no ambiente de negócios. Porém, no segundo trimestre de 2020, o boletim Mapa de Empresas, divulgado pelo Ministério da Economia, identificou uma redução para cerca de dois dias – o melhor resultado registrado desde 2019.

Para reduzir ainda mais esse tempo, a proposta da MP é garantir uma unificação de processos em âmbito federal, estadual e municipal, minimizando o trabalho dos empresários e das empresas na constituição das suas sociedades. Afinal, elas passarão a ser registradas na Junta Comercial, obtendo suas licenças por um único veículo e evitando a necessidade de processos de forma isolada, em âmbito estadual. Tal procedimento ainda é muito comum em Estados não sincronizados com o sistema da Receita Federal e na esfera municipal, tornando-o mais moroso e burocrático. Em conjunto, a proibição de constituição de sociedades simples que, têm como objeto as atividades de natureza intelectual, científica, literária ou artística que, nos termos do Código Civil possuem natureza não empresarial, também se mostra altamente promissora. Caso aprovada, serão

consideradas sociedades com caráter empresarial, com os

seus atos societários arquivados na Junta Comercial e, não

mais em Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.

No caso da obtenção do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) poderá ser dispensada a necessidade de fornecer dados ou informações que já constem na base de dados do Governo Federal. Ficará proibido, dessa forma, a coleta pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, de informações adicionais àquelas já informadas ao Governo Federal, um excelente beneficio aos empreendedores.

Mesmo que ainda estejamos no aguardo da aprovação da nova MP de desburocratização do ambiente de negócios, é importante ressaltar o preparo necessário por parte das organizações. É recomendado que as sociedades simples solicitem o arquivamento dos seus atos societários e a obtenção dos seus respectivos NIRE (Número de Identificação do Registro de Empresas) na Junta Comercial do Estado da sede onde se localizam, a fim de facilitar os seus registros posteriores e se adequarem à nova legislação.

Mas, além disso, também se torna imprescindível manter os dados cadastrais atualizados perante o sistema do Governo Federal (REDESIM), garantindo que as informações sejam transmitidas em âmbito Estadual e Municipal de forma regular e atualizada. Em linhas gerais, as mudanças são benéficas sob o enfoque operacional, com grande potencial para, de fato, facilitar a abertura de empresas no país. Uma medida importante para a retomada da economia no póspandemia.



*Advogada e Líder da área societária do escritório Marcos Martins Advogados.

Projetos de mineração em desenvolvimento demonstram o grande potencial nacional

Mais que a qualidade da pesquisa e exploração minera brasileiras, o Simexmin 2021 também demonstrou, durante os quatro dias do evento, que a indústria da mineração opera com grande vigor. Depois de alcançar resultados positivos no ano passado, apesar da pandemia de Covid-19, a projeção para o presente exercício é das melhores, o que favorece o desenvolvimento de projetos no país e também no exterior, como foi apresentado no último painel "Desenvolvimento e Expansão de Projetos".

O geólogo e gerente de Exploração da Appian Capital Brazil, Elton Pereira, destacou que a empresa é um fundo de capital inglês que revisou mais de 2 mil projetos de exploração pelo mundo, investiu em nove e levou seis à produção. As iniciativas no Brasil - Projeto Antas, Mineração Rio Verde/Projeto Serrote e Fazenda Mirabela – receberam US\$ 400 milhões em aportes, para a exploração de níquel e cobre.

"A empresa prioriza projetos em fase mais avançada e que têm licenciamento ambiental avançado ou concluído. Isso possibilita colocar em produção em dois ou três anos, como aconteceu com a Mina de Santa Rita, adquirida em 2018 e que retomou operações no ano seguinte, já tendo realizado 13 embarques para o mercado consumidor da Ásia", destaca.

O Brasil tem sido considerado a nova fronteira de níquel com mundo, devido ao grande número de reservas de classe mundial. No Vale do Curaçá, na Bahia, um projeto de mais de 40 anos, os depósitos de cobre, níquel, ouro e paládio são fruto de processos geológicos complexos, conforme o gerente de exploração da Brasil Ero Cooper, Filipe Porto. Com foco em atuação no Brasil, a companhia também tem o projeto Boa Esperança, em Carajás, e outro, na fase de estudo para desenvolvimento e produção de ouro em Nova Xavantina, no Mato Grosso.

"A mentalidade de exploração é bastante agressiva. Temos 37 sondas espalhadas nos três projetos. Delas, 25 apenas no Vale do Curaçá, na Bahia. Depois que assumimos a planta, houve investimentos de US\$ 105,2 milhões, com foco no níquel vermelho, que tem teores mais altos", ressalta.

A transnacional Vale apresentou o projeto Hu'u, na Ilha de Sumbawa, na Indonésia. Segundo o gerente executivo de Exploração e Desenvolvimento de Negócios da Vale, Fábio Massoti, a companhia detém 80% do projeto que é desenvolvido em parceria com uma mineradora local que

responde pelos outros 20%. A área de 19 mil hectares tem reservas bastante expressivas de ouro, com 15 milhões de toneladas, com 27 milhões de onças, e cobre.

"O projeto está na fase de estudos pela sua complexidade. Ainda é cedo para falar em operação mas estamos trabalhando com afinco para poder desenvolver a planta daqui para frente. A Indonésia tem muito a oferecer em alvos de cobre, níquel e ouro. Para cobre, é o melhor do mundo", comentou.

Outro projeto de ouro em desenvolvimento pela Bemisa Brasil é o Água Azul, localizado na cidade de Água Azul do Norte, em Carajás. O diretor de Exploração, Fábio Guimarães, informou que a planta aguarda resoluções de infraestrutura para dar continuidade ao negócio. A expectativa é que a lavra seja plotada já em 2022, mas a expectativa da companhia e iniciar as atividades da planta industrial em 2025.

"Terminamos 2020 com127 furos de sondagem em uma área de 21 mil metros quadrados em alguns dos alvos localizados no Projeto Água Azul. Com a avaliação de recursos, trabalhamos a ideia de aproveitar o recurso de maior nobreza para tocar a lavra experimental", conclui.

Os mediadores do painel foram a professora da UFMG e consultora Lydia Lobato e o diretor de Mineração da Bemisa Brasil, Cláudio Fernandes.

Evento volta a ser presencial em 2022, segundo ADIMB

No encerramento da primeira edição online do Simpósio Brasileiro de Exploração Mineral, o presidente do Conselho Superior da Agência para o Desenvolvimento e Inovação do Setor Mineral Brasileiro (ADIMB), Marcos André Gomes Veiga Gonçalves afirmou que o evento retorna para Ouro Preto na 10ª edição e será presencial.

"Chegamos ao fim de mais um Simexmin. Eu agradeço as empresas patrocinadoras, o apoio das expositoras com estandes e a equipe ADIMB que fez um excelente trabalho na organização do evento. Tivemos palestras interessantes e, porque fizemos online, reunimos 934 colegas de 19 países", disse

O site de acesso registrou mais de 8,1 mil acessos únicos, com audiência de 4124 participantes nos painéis e média de 318 participantes.

Como a cerveja contribuiu para o avanço da ciência e da sociedade?

Refrigeradores, escala de PH, pasteurização e até antibiótico são alguns exemplos de invenções que surgiram a partir de estudos realizados com a cerveja



Refrigeradores, escala de PH, pasteurização e até antibiótico são alguns exemplos de invenções que surgiram a partir de estudos realizados com a cerveja.

Na mesa de um boteco ou até mesmo em alguns institutos de pesquisa espalhados pelo mundo uma opinião é compartilhada: a cerveia é uma das melhores invenções da humanidade. Porém, gostos à parte, a maioria dos apreciadores da bebida, uma das mais antigas e populares do planeta, não imagina que a cerveja foi essencial para a construção da sociedade como a conhecemos hoje. A história da bebida – não tão conhecida como ela – está estreitamente ligada a momentos fundamentais da evolução, como a própria criação da civilização, passando por revoluções no campo e na cidade e, principalmente, atrelada ao desenvolvimento da ciência.

Entre as inovações que tiveram origem por conta da cerveja, uma que se destaca é a pasteurização, que foi criada pelo químico francês Louis Pasteur, em 1864. Ele foi motivado a investigar os processos fermentativos quando um fabricante de cerveja local, cujo filho era um dos alunos de Pasteur, pediu seu conselho sobre o que poderia estar acontecendo quando a bebida por eles produzida azedava. Pasteur decidiu utilizar um microscópio para estudá-la e, desta forma, identificou os microrganismos responsáveis por converter o álcool em ácido lático (as bactérias láticas) que, quando formado, comprometia o gosto da bebida. Com base nesta descoberta, Pasteur desenvolveu um processo para matar esses microorganismos indesejados e, desta forma, evitar que a cerveja azedasse.

"O processo de pasteurização consiste basicamente em aquecer os alimentos e bebidas em temperaturas acima de 60 °C por um determinado tempo (chamado de binômio tempo × temperatura) e depois baixar bruscamente a temperatura do alimento para evitar que ocorram deteriorações pelo calor. Este processo, empregado até os dias de hoje, reduz de maneira significativa o número de microrganismos deteriorantes e patogênicos em sucos, cerveja, leite e diversos outros alimentos. Os estudos de Pasteur sobre a fermentação de bebidas acabaram impactando também a área da saúde, uma vez que deram origem à "teoria dos germes das doenças", que poderiam infectar humanos e animais. Esse novo horizonte surgido a partir dos trabalhos de Pasteur abriu caminho para o desenvolvimento de métodos antissépticos em cirurgia e para as pesquisas de Alexander Fleming, que culminaram com a descoberta da Penicilina, o primeiro antibiótico amplamente empregado na medicina", revela Stanislau Bogusz Junior, professor da área de Química dos Alimentos no Instituto de Química de São Carlos (IOSC) da USP.



Penicilina foi o primeiro antibiótico empregado na área médica.

O especialista conta que outras descobertas na área de química também possuem relação com a cerveja. Um exemplo é o caso do renomado químico do século XVIII Joseph Priestley, que morava próximo a uma cervejaria e notou que o gás liberado pela fermentação das misturas caía em direção ao solo, indicando que ele era mais pesado que o ar. A observação levou à descoberta do dióxido de carbono e, consequentemente, do oxigênio.

Outra importante descoberta na área de química e que está relacionada à cerveja é o conceito de pH, introduzido através de pesquisas do químico dinamarquês Søren Sørensen, que foi o chefe do laboratório da cervejaria Carlsberg, em Copenhagen, na Dinamarca. Sørensen estudou o efeito da concentração de íons hidrogênio da água cervejeira sobre a estabilidade da espuma da cerveja. Ele introduziu a escala de pH como uma forma simples de expressá-la em 1909 e medir a acidez de um composto. E tem mais: a maneira como refrigeramos comidas e bebidas também foi idealizada graças às pesquisas do engenheiro alemão Carl von Linde, que em 1894 desenvolveu um sistema de refrigeração artificial quando trabalhava na cervejaria Spaten Brewery, em Munique, na Alemanha. Antes da invenção de Linde, blocos de gelo eram utilizados para resfriar a cerveja e evitar que ela estragasse por ação do calor.

A história da cerveja ainda se mistura com uma importante descoberta na área de estatística por meio da criação, ainda no século XX, do chamado "Teste t de Student", um cálculo que, resumidamente, atesta se determinado resultado ou número é confiável. O responsável pelo seu desenvolvimento foi o químico inglês William Gosset, que aos 23 anos foi contratado pela cervejaria Guinness para propor uma maneira de monitorar a quantidade de leveduras durante a fermentação da cerveja. Até então, para realizar esse processo, era preciso realizar uma série de cálculos, o que aumentava as chances de erro. Com o intuito de simplificar e agilizar o procedimento, mantendo a precisão da análise, Gosset criou o Teste t - hoje aplicado como teste estatístico nas mais diferentes áreas do conhecimento. "Como no passado a cervejaria Guinness teve problemas com a publicação de pesquisas que acabaram revelando segredos industriais, a cervejaria proibiu que seus funcionários publicassem quaisquer pesquisas, independente do conteúdo. Em função disso, Gosset não tinha como publicar a descoberta do seu método estatístico com o seu nome. Então, o cientista usou o pseudônimo de "Student" para as suas publicações. A Guinness só descobriu este fato depois da morte de Gosset", conta Stanislau.

De mãos dadas com a evolução do mundo – Inventada há milhares de anos na região onde hoje está localizado o



Cevada passa por um processo de malteação durante a produção de cerveia.

Iraque, a cerveja é o resultado de um complexo processo que envolve uma série de reações químicas. De acordo com a legislação brasileira, cerveja é a bebida produzida com água a partir do malte da cevada, lúpulo – planta responsável pelo amargor, e pela fermentação da levedura. Muitos estudiosos acreditam que o cultivo de cevada teria começado por volta de 9.000 a.C., graças ao apreço pela cerveja. O professor Stanislau conta que, segundo algumas teorias, o crescimento da demanda pela cevada utilizada para fabricar cerveja associado ao aumento da importância da agricultura para os povos outrora nômades pode ter contribuído indiretamente para o surgimento das cidades.

Na época dos povos antigos da Mesopotâmia, o consumo da cerveja também impulsionou a criação de métodos para produzir seus ingredientes e conservar o produto final. Uma junção entre ciência e arte. Muitas culturas enxergavam a cerveja como um presente de Deus e, com o passar dos anos, ela tornou-se parte essencial da dieta das pessoas e, mais do que isso, um símbolo social. "Naquela época, quando terminava o processo de fermentação, as leveduras iam para o fundo do jarro, formando uma biomassa rica em vitaminas, como as do complexo B, e eram consumidas depois da bebida", comenta o professor. A bebida era tão importante para a sociedade que por volta de 2300 a.C foi usada como moeda para, por exemplo, financiar a construção das pirâmides do Egito.

No início, a cerveja não era nada parecida com aquilo que conhecemos hoje, ou seja, a bebida não era visualmente convidativa. Produzida de maneira artesanal, a cerveja era turva, continha restos de grãos e era servida em grandes jarros de barro ou canecas de madeira. "Até o surgimento em 1842 da cerveja Pilsen – cerveja de tom amarelo palha

Internacional

ou dourado e com uma espuma muito bonita -, a bebida não era visualmente agradável. Foi a partir dessa época que os fabricantes de vidro começaram a fazer copos e taças transparentes para beber a cerveja e também degustá-la com os olhos", lembra o professor do IQSC.

No passado, embora pareça loucura nos dias atuais, as pessoas preferiam tomar cerveja ao invés de água por questões de saúde, especialmente em épocas de surtos de doenças: "Não havia sistemas de tratamento de água e esgoto como conhecemos hoje em dia e, como existe uma certa quantidade de álcool na composição da cerveja, certos microrganismos patogênicos presentes na água não tratada não eram encontrados na cerveja. Ou seja, naquela época, tomando cerveja as pessoas adoeciam menos" conta Stanislau. Além disso, por conta dos efeitos da bebida no sistema nervoso central, as pessoas ficavam mais comunicativas e descontraídas, o que fazia com que a fertilidade aumentasse (maior número de filhos) entre os casais que consumiam a bebida regularmente. Relatos históricos mostram ainda que durante as grandes navegações, nos anos 1400, os europeus que tentavam chegar à Ásia para explorar os territórios enfrentavam dificuldades para transportar água nas longas viagens e, por isso, também enchiam os navios com barris de cerveja.

Após milhares de anos, mesmo com a introdução de novos costumes e valores, a cerveja manteve-se como uma grande estrela no cenário mundial, sendo uma das responsáveis por estimular, por exemplo, as revoluções agrícola e industrial americanas. Antes de Henry Ford desenvolver a montagem de carros em série, Michael Owens criou a primeira máquina automática, em 1904, para produzir garrafas de cerveja usando ar pressurizado. A bebida também fez parte do diaa-dia de personalidades como filósofos e líderes de diversos povos. Karl Marx, autor do Manifesto Comunista – um dos manuscritos políticos mais influentes do mundo, era um grande apreciador de cerveja.

Apaixonado pela história e, principalmente, pela química da cerveja e de seus ingredientes, o professor Stanislau lembra que, ainda hoje, surgem novas descobertas, novos sabores e estilos de cerveja, muitas vezes, a partir de resultados de pesquisas científicas. Neste sentido, uma das novidades mais recentes no Brasil está ligada à produção de um dos ingredientes fundamentais para a fabricação de cerveja: o lúpulo.

Segundo o docente, há menos de uma década, acreditavase que não era possível produzir lúpulo com qualidade



Lúpulo é o ingrediente responsável por conferir amargor à cerveja.

química e sensorial para fabricação de cerveja no Brasil, uma vez que a planta normalmente é cultivada em países de clima frio e com maior fotoperíodo, como é o caso da Alemanha e Estados Unidos. Entretanto, existem algumas iniciativas para a produção de lúpulo em diferentes cidades das regiões sul, sudeste, centro-oeste, norte e nordeste do Brasil, que derrubaram o mito da impossibilidade de se cultivar e produzir a planta no país. Essas iniciativas têm gerado grande expectativa para que o Brasil caminhe rumo à autossuficiência da produção desta importante matéria-prima para a indústria cervejeira.

Para se ter uma ideia da demanda de lúpulo no país, o setor cervejeiro produz aproximadamente 14 bilhões de litros de cerveja ao ano e, em função disso, o país ocupa o terceiro lugar no ranking dos maiores importadores de lúpulo do planeta. Somente em 2015, o Brasil importou cerca de 4 mil toneladas de lúpulo a um custo de mais de R\$ 200 milhões de reais.

"Nós implementamos as metodologias oficiais de análise química e sensorial de lúpulo em nossos laboratórios, com a finalidade de contribuir com o desenvolvimento da cadeia produtiva de lúpulo no Brasil. Até o presente, orientamos dois alunos de mestrado que desenvolveram suas pesquisas sobre a fitoquímica e características sensoriais do lúpulo brasileiro e também trabalharam no desenvolvimento de novos métodos miniaturizados de preparo de amostras para análise química de lúpulo. Existe um vasto campo para pesquisas na área, uma vez que, a cada ano, novos agricultores estão começando a produzir lúpulo no país. Além disso, os agricultores estão conseguindo tirar de duas a três safras por ano", comemora o professor.

Fica a pergunta: o que mais a cerveja nos reserva?

Como a lei do superendividamento impacta o crédito responsável

Gustavo Godoy*

Você já deve ter se deparado com anúncios de crédito que afirmam "sem consulta ao SPC e ao Serasa". Uma simples frase que pode incentivar a contratação de serviços financeiros que comprometem definitivamente o orçamento familiar. Com o aumento do endividamento das famílias – conforme pesquisa da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), mais de 66% dos brasileiros iniciaram o ano com dívidas – a lei do superendividamento veio para ajudar a frear esse cenário.

Entre outros pontos contemplados pela Lei 14.181/2021 (sancionada em julho deste ano e direcionada ao Código de Defesa do Consumidor), um dos principais consiste no fomento de condições mais transparentes para quem contrata, além da proibição de abordagens que visam "assediar ou pressionar o consumidor para contratar o fornecimento de produto serviço ou crédito". Certamente, uma lei que diretamente estimulaa ações mais responsáveis em relação ao crédito e contribui para que os consumidores endividados de boa-fé tenham oportunidade de renegociar valores e entendam melhor os prazos relacionados.

A contratação sem análise da situação financeira do consumidor

Como já mencionei em um artigo anterior, situações adversas acabam contribuindo para a contratação de crédito sem uma análise a médio e longo prazo. A lei do superendividamento proporciona condições mais favoráveis ao consumidor, em especial aos que fazem a contratação por necessidade e urgência, sem analisar suas condições de honrar com as dívidas posteriormente.

A proibição das propagandas que garantem a isenção de consultas e avaliação da situação financeira do consumidor (o que potencializa o endividamento desenfreado de quem já tem despesas significativas e restritivas) é um dos pontos cruciais para a mudança de cenário. Uma relação saudável e responsável com o crédito pressupõe o uso do dinheiro para quitar os débitos, e não a contratação dele para adquirir dívidas ainda maiores. Por isso, o famoso "sem consulta ao SPC" pode ser uma armadilha.

A transparência como peça fundamental

Talvez um dos maiores problemas no momento de optar por um serviço de crédito seja as "letras miúdas" dos contratos. Ou, ainda, a omissão de informações fundamentais para que o consumidor possa ter uma projeção real do quanto será necessário gastar para que seja possível quitar o valor total da dívida. A lei também determina que os bancos estão proibidos

de "ocultar ou dificultar a compreensão sobre os ônus e os riscos da contratação do crédito ou da venda a prazo" (art. 54-C, inciso III). A transparência no processo é essencial para que o consumidor conheça, em detalhes, quais os juros, as taxas e os encargos serão aplicados em caso de atrasos. A entrega da cópia do contrato também está determinada pela lei (art. 54-G, inciso II). Caso um dos pontos não seja cumprido pelo banco/financeira contratada, o consumidor pode buscar os seus direitos. Alguns cuidados básicos, mas que podem mudar de forma definitiva a relação do contratante com a instituição financeira.

A educação financeira como base para as escolhas

As restrições indicadas pela lei nos provocam uma reflexão: a importância de haver um estudo criterioso sobre qual a melhor opção de crédito a ser contratada. E isso converge para a educação financeira, uma bandeira que diariamente levantamos na Ahfin – fintech RH que tem como premissa empoderar as pessoas, para que elas tenham uma relação saudável com o dinheiro. E engana-se quem pensa que educação financeira é um tema presente no dia a dia das pessoas. Uma pesquisa do Ibope Inteligência divulgada em 2020 mostrou que apenas 21% dos brasileiros das classes A, B e C tiveram contato com o tema durante a infância. Já um estudo realizado pelo Instituto Locomotiva, em parceria com a Xpeed, mostrou que 90% dos entrevistados admitiram ter necessidade de acesso à educação financeira para fazer escolhas mais assertivas para o futuro. Estimular o consumo consciente do crédito é fundamental para que a economia se mantenha sustentável. E a educação segue como a base.

A lei traz outros pontos interessantes que podem refletir diretamente no comportamento do consumidor. Neste artigo trouxe algumas nuances, mas recomendo a leitura do material na íntegra. As determinações trazem pontos importantes e que podem mudar significativamente a relação entre os consumidores e as instituições que oferecem crédito.

Vale salientar que adquirir o crédito é de extrema importância para o cumprimento de compromissos, a realização de sonhos e a organização de nossa vida como um todo. Mas uma premissa deve estar presente em todas as situações: quanto mais conhecimento tivermos sobre nossas finanças, melhores serão nossas escolhas. Por isso, busque seus direitos e informações relacionadas, para que seja possível estabelecer uma relação ainda mais consciente e responsável com o seu dinheiro.

Por que o ESG de hoje não é suficiente?

"A imaturidade, a

inconsistência e o

desequilíbrio entre

os muitos fatores

que compõem o ESG

constituem um caso

significativo para

mudanca."

Ezequiel Litvac*

Apesar de crescer rapidamente, o ecossistema ESG ainda é imaturo. O mercado de produtos de investimento impactantes foi inundado com fundos "verdes". Projeta-se que os ativos sob gestão com foco em ESG atinjam um valor de US\$ 53 trilhões até 2025. Enquanto muitas empresas podem relatar suas ações de forma seletiva, algumas delas estão mais próximas das melhores práticas de mercado. Isso não é sustentável, com muitos temendo uma reação de investidores confusos e outros *stakeholders* acusando as empresas de *greenwashing*.

É preciso haver uma conexão mais forte entre o "F" das finanças e o ESG - "FESG" - caso contrário, os verdadeiros

custos e oportunidades de negócios não serão medidos adequadamente. Isso ajudará as empresas a repensar como usam ESG para informar escolhas estratégicas, impulsionar a inovação e articular como estão criando valor de longo prazo.

Chamamos essa dinâmica emergente, que conecta as divulgações financeiras ao ESG, de "FESG+".

A imaturidade, a inconsistência e o desequilíbrio entre os muitos fatores que compõem o ESG constituem um caso

significativo para mudança. O estado atual do ESG nem sempre é robusto ou maduro o suficiente para informar as decisões do setor de serviços financeiros, permitir investimentos, dar confiança aos consumidores ou ajudar as empresas a planejar estratégias para o futuro. Mas uma evolução mais rápida é possível.

Cinco ações a serem tomadas, com base em melhores informações

Envolva-se com os stakeholders: pesquisas anteriores descobriram que a pressão de clientes, funcionários e ativistas aumenta a transparência dos relatórios de sustentabilidade, mas ações e mudanças tangíveis também estão em alta.

Envolva-se com a pressão do investidor: os investidores estão cada vez mais impacientes em exigir mudanças

estratégicas. Por exemplo, 89% dos investidores institucionais nos principais mercados dizem que as empresas com forte desempenho ESG merecem uma avaliação premium para o preço de suas ações. 90% concordam que as empresas que priorizam iniciativas ESG representam melhores oportunidades para retornos de longo prazo em comparação com as empresas que não o fazem.

Tenha sua narrativa "FESG +": as empresas podem se preparar para os tipos de divulgação que serão exigidos e para aqueles que atenderão melhor às suas partes interessadas. Uma gama de novos fatores pertinentes ao sucesso futuro de

uma empresa surgirá nos próximos anos, e as divulgações estabelecidas e apoiadas pela iniciativa WEF IBC são um bom ponto de partida.

As empresas também têm a oportunidade de definir como alvo, medir e relatar fatores que vão além do comprometimento net zero como parte de sua narrativa única.

Entenda seus dados: assim como crescem as demandas por garantia independente de dados não financeiros, também cresce a necessidade de as empresas melhorarem a maneira como coletam, agregam e assumem

a responsabilidade de gerenciamento por seus próprios dados. Se os dados forem usados no diálogo formal com investidores e outras partes interessadas, ou na avaliação da remuneração dos executivos, sua veracidade torna-se ainda mais importante.

ESG não é uma atribuição apenas do time de Sustentabilidade: para incorporar com sucesso os fatores "FESG +" nas decisões em todas as partes da organização, do desenvolvimento da estratégia à execução, da inovação de novos produtos à fabricação e distribuição, serão necessários novos modelos de liderança que permitam às empresas abraçar a complexidade e responder ao desafio de forma eficaz.

Para acessar o conteúdo completo, acesse: https://www.ey.com/en gl/sustainability/realize-potential-esg-plus



Como o desempenho ESG vai definir o futuro?

Especialistas da EY ajudam organizações a criar impacto positivo e transformar a vida das pessoas. Saiba mais em **ey.com.br.**

Quanto melhor a pergunta, melhor a resposta. E melhor se torna o mundo de negócios.

Day Trade

TUPGUAR

Tupguar - Polvilho mineiro chegando à Europa.

A Tupguar, a maior empresa brasileira de polvilho natural, conquista três novos mercados estratégicos para a sua produção, Inglaterra, França e Bélgica.

Mesmo com os prejuízos causados por geadas e o inverno rigoroso, somados à retração do mercado interno na pandemia, com o fechamento de muitos de seus clientes (bares, padarias, cafeterias e restaurantes), a empresa mineira vive um bom momento. A Tupguar aproveita a alta do dólar e exporta parte da produção para novos mercados europeus.

A empresa já exportava para os EUA e Japão e entra agora também no mercado europeu. "Há um interesse nítido na Europa pela culinária brasileira e especialmente pela mandioca, chamada também de 'pão da terra' e apontada pela ONU como o alimento do século XXI, por sua capacidade de substituir farinhas e amido de milho, com a vantagem de ser naturalmente sem glúten ou modificações genéticas, agradando tanto a celíacos, quem tem algum tipo de intolerância alimentar, ao público fitness e também aos que defendem uma alimentação livre de transgênicos. Além disso, no caso da nossa produção, há o diferencial



A Associação Brasileira das Empresas Aéreas (ABEAR) faz um alerta para a escalada do preço do querosene de aviação (QAV), que registrou alta de 91,7% no segundo trimestre deste ano, em relação a igual período do ano passado, segundo os dados mais recentes da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC). Também preocupam os sucessivos recordes de cotação do dólar em relação ao real neste ano, fatores que podem ameaçar uma retomada mais consistente da aviação comercial brasileira e vêm pressionando os preços das passagens aéreas. Apesar desse cenário desafiador, nos últimos cinco meses houve crescimento da oferta de voos domésticos e os valores das tarifas aéreas são inferiores aos níveis pré-pandemia.

O levantamento mais recente da ANAC mostra que a tarifa média aérea doméstica real do segundo trimestre de 2021 registrou queda de 19,98% em comparação com o mesmo trimestre de 2019, período prévio aos impactos da pandemia da Covid-19. O preço médio do bilhete foi de R\$ 388,95, ante R\$ 486,10. A ABEAR destaca que qualquer comparação de preços de bilhetes tendo como referência o ano de 2020 leva em consideração os menores valores históricos por causa do impacto da pandemia. No ano passado, a tarifa aérea doméstica se situou em R\$ 376,29, o menor preço em 20 anos.



de ser totalmente natural, sem corantes, aditivos químicos, indutores ou aceleradores", explica João Carvalho, diretor de Novos Negócios da Tupguar. O polvilho tem grande importância na culinária brasileira e também em nossa história e cultura. É usado em ícones como o pão de queijo, o biscoito de polvilho e a chipa (símbolo do Centro-Oeste do país e também chamado de "pão de queijo paraguaio").

ISS



Clubes de futebol conseguem na Justiça afastar cobrança de ISS.

Os clubes de futebol da capital paulista conseguiram dois importantes precedentes no Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) contra cobranças milionárias de ISS. As decisões beneficiam Palmeiras e São Paulo e podem ajudar o Corinthians, que está com julgamento pendente na 14ª Câmara de Direito Público - a mesma que analisou recentemente o caso do clube alviverde.

A Prefeitura de São Paulo cobrava, em 2019, cerca de R\$ 500 milhões, referentes a autuações lavradas a partir de 2015. De lá para cá, porém, estimam advogados da área, o valor pode ter mais que dobrado, em razão do aumento de receitas dos times nos anos posteriores - à exceção do período de pandemia...

NILFISK

A companhia oferece portfólio completo com soluções inovadoras e versáteis indicadas tanto para tarefas diárias como limpeza pesada em grandes indústrias, pequenas empresas e comércios.

A Nilfisk, líder mundial no fornecimento de equipamentos profissionais para limpeza, está otimista com a recuperação do mercado brasileiro. Apesar das dificuldades econômicas impostas pela pandemia, a companhia multinacional com mais de 100 anos de história projeta crescimento de 12% em 2021, com o lançamento da nova linha de lavadoras profissionais de alta pressão. A empresa oferece um portfólio completo de equipamentos móveis de limpeza profissional de alto desempenho, com água fria e quente, para atender diversos segmentos, como o automotivo, agronegócio, construção civil e indústria naval.

"Queremos ser o principal fornecedor de lavadoras profissionais de limpeza do Brasil. Oferecemos soluções para todas as necessidades, desde tarefas de baixa intensidade ou rotineiras a intensas ou especializadas. Disponibilizamos máquinas inovadoras e versáteis, como aspiradores, varredeiras e lavadoras de piso de alta pressão. Acreditamos na retomada econômica e esperamos encerrar o ano de forma positiva, com crescimento de 12% em relação a 2020, mostrando a força que o setor tem. O mercado de limpeza está aquecido e deve continuar em alta no pós-pandemia, com os cuidados a saúde e a higienização em casa e ou nas



empresas", explica o Gerente Nacional de Vendas da Nilfisk no Brasil, André Stopiglia.

Para o desenvolvimento de novos equipamentos, a empresa investe anualmente em torno de 3% em P & D. A linha de alta pressão já é comercializada em outros países e agora também no Brasil, que disponibilizará lavadoras móveis com água fria e móveis com aquecimento de água até 150 °C, em modelos com acionamento a combustão por diesel ou gasolina. Além de máquinas estacionárias centrais de alta pressão e máquinas de altíssima pressão com até 16.500 PSI. As lavadoras de alta pressão são ideais para a limpeza pesada, tarefas diárias e gerais para indústria dos segmentos de agronegócio, automotivo, marítimo e construção civil. As soluções da Nilfisk foram projetadas para trabalhos diários de limpeza profissional e aplicação técnica. "Nossas soluções trazem inúmeros diferenciais para o mercado, como vida útil da bomba, vazão e pressão, economia de combustível, sistema de segurança, garantia, entre outros", finaliza Stopiglia.

FIRJAN

Apresentar um panorama da aplicação dos critérios ESG (de meio ambiente, social e governança), com indicação de ferramentas e métricas para orientar a autoavaliação das micro e pequenas empresas, é o objetivo da publicação produzida pela Gerência de Sustentabilidade da Firjan e lançada em 15/09. Para Luiz Césio Caetano, presidente em exercício da federação, a publicação intitulada "Critérios e Métricas ESG para a Indústria" vem ao encontro de uma exigência da sociedade.

"As organizações estão assumindo responsabilidade social e, com isso, vêm promovendo uma revolução cívica. É uma exigência da sociedade, em um movimento que começou pelas grandes companhias. O desafio maior é que a pequena e a média entendam como funcionam esses conceitos e os incorporem aos seus negócios", ressalta o executivo.

O conteúdo indica como a indústria deve assumir compromissos, garantias e envolvimento nas questões ESG. "Algumas empresas já cuidam de questões ambientais, até por exigência das legislações, mas mostramos que é possível ir além. O material é útil a todas; parte delas, inclusive, talvez já tenha ações ESG, porém não de forma organizada. A publicação disponibiliza um conteúdo para que as empresas possam se avaliar e adotar os critérios", argumenta Marco Saltini,

coordenador do Grupo de Trabalho ESG da Firjan e diretor de Relações Governamentais e Institucionais da VW Caminhões e Ônibus.

A publicação é o desfecho de um trabalho organizado pela federação, que começou em novembro de 2020, com um grupo de 12 empresas para compartilhar experiências em ESG. Foram realizados sete webnários no Aquário Casa Firjan. Depois, foram mapeadas as melhores práticas e tendências ESG, através de uma pesquisa que ouviu 64 empresas e reuniu um amplo material.

"Esse trabalho feito pela Firjan é fundamental, abrangendo como introduzir o tema ao negócio e como medir e avaliar a evolução dessa implementação. A empresa do futuro não é só inovação, mas também deve ser socialmente responsável e preocupada com o bem-estar da sociedade", resume Caetano.

A sigla em inglês ESG-Environment, Social and Governance – se refere a três eixos de sustentabilidade corporativa: o meio ambiente, com aspectos ligados à gestão de recursos naturais e mudanças climáticas; o social, sobre direitos humanos universais, incluindo as relações com trabalhadores, fornecedores e comunidade; e governança, que inclui compliance, controles internos e gestão de riscos.

Day Trade

BANCO DO BRASIL

O Banco do Brasil anunciou reforço às ações de apoio ao agronegócio com R\$ 10,5 bilhões de recursos adicionais para financiamentos rurais.

Para apoiar a ampliação da tecnologia, da sustentabilidade e da infraestrutura no campo, o Banco do Brasil lançou o Programa BB Investimentos Agro, com volume total de R\$ 8.5 bilhões.

Pelo Programa, R\$ 5,5 bilhões serão destinados para financiamentos de energia renovável, irrigação, produção integrada, recuperação de pastagem, máquinas e equipamentos. Para a armazenagem, foram disponibilizados R\$ 2 bilhões com o objetivo de financiar a modernização e aquisição de silos e armazéns e mais R\$ 1 bilhão para atender pequenos e médios produtores com o BB Consórcio Armazenagem.

Além dos recursos para investimentos, o Banco do Brasil reforça a parceria com os produtores em todos os momentos, disponibilizando R\$ 2 bilhões para amenizar os efeitos das geadas. O volume financiará a recuperação de cafezais danificados e a renovação de lavouras afetadas.

Anteriormente, o Governo Federal já havia disponibilizado uma linha de crédito de R\$ 1,3 bilhão para cafeicultores afetados das regiões Sul e Sudeste, por meio de medida do Conselho Monetário Nacional.

O presidente do BB, Fausto Ribeiro, destaca que dos R\$ 135 bilhões anunciados pelo Banco no maior Plano Safra da história, já foram liberados R\$ 23 bilhões entre julho e agosto, o que demonstra uma forte demanda do setor pelos recursos. O desembolso recorde representa incremento de 61% em relação ao mesmo período da safra anterior, alcançando mais de 4.400 municípios com crédito rural. "Mais uma vez, reforçamos nosso apoio ao produtor rural brasileiro, tanto para buscarmos a melhor safra de todos os tempos quanto para auxiliar aqueles afetados pelas geadas", completa.

PROGRAMA BB INVESTIMENTOS AGRO - R\$ 8,5 BILHÕES

- ▶ R\$ 5,5 bilhões: Recuperação de Pastagem, Energia Renovável, Irrigação, Produção Integrada, Máquinas e Equipamentos prazo até 10 anos.
- ▶ R\$ 2 bilhões: BB Armazenagem prazo até 10 anos
- ▶ R\$ 1 bilhão: BB Consórcio Armazenagem prazo até 240 meses.
- ► Geadas Apoio aos Produtores R\$ 2 bilhões
- ▶ R\$ 1 bilhão: Recuperação de cafezais prazo até 5 anos
- ▶ R\$ 1 bilhão: Renovação de Lavouras prazo até 2,5 anos

TRIUMPH

Mais leve e poderosa, a nova Triumph Tiger 1200 já está a caminho. Hoje, a fabricante inglesa está confirmando, globalmente, que o modelo atingiu seus empolgantes estágios finais de testes.

A palavra "transformação" simplesmente não faz justiça à nova Tiger 1200. O modelo está sendo projetado para oferecer uma nova e definitiva referência entre as motocicletas Adventure de grande cilindrada.

A nova Tiger 1200 trará todas as vantagens de uma família de motocicletas totalmente nova. E, agora, significativamente mais leve do que a sua concorrente mais próxima. A Tiger 1200 combinará a vantagem do motor triplo com uma nova dimensão em agilidade, controle e manuseio que serão líderes na sua categoria.

Por enquanto, não há mais informações sobre o modelo, data de lançamento e nem outras imagens da motocicleta.

A Triumph Motorcycles Brazil é uma das 12 subsidiárias da empresa pelo mundo e conta com sede em São Paulo (SP) e fábrica em Manaus. A marca conta com 21 Concessionárias no Brasil nas cidades de São Paulo (SP), Campinas (SP), Ribeirão Preto (SP), São José dos Campos (SP), São José



do Rio Preto (SP), Porto Alegre (RS), Brasília (DF), Curitiba (PR), Belo Horizonte (MG), Rio de Janeiro (RJ), Goiânia (GO), Florianópolis (SC), João Pessoa (PB), Londrina (PR), Vitória (ES), Várzea Grande (MT), Fortaleza (CE), Salvador (BA), Campo Grande (MS) e Natal (RN).

Campos Mello Advogados

A entrada dos cinco sócios reforça áreas estratégicas do mercado brasileiro

O Campos Mello Advogados (CMA), em cooperação com DLA Piper, reforça a partir de agora suas áreas de petróleo, gás natural, marítimo, ambiental e contencioso cível e arbitragem com a adição de cinco experientes advogados de Tauil & Chequer Advogados. A chegada dos novos sócios acompanha uma estratégia global de fortalecer ainda mais a atuação no Brasil, em função da crescente demanda de clientes por essas áreas.

Para fortalecer a área de energia, CMA investe nos segmentos de petróleo, gás natural, transição energética

e marítimo. A partir de agora, novos especialistas integram o nosso time. Alexandre Calmon é advogado com sólida experiência em regulação e aquisições de ativos de exploração e produção de petróleo e gás natural. Já Marcelo Frazão é especialista nos setores de navegação, petróleo, gás natural e projetos de energia.

Para potencializar a oferta de serviços na área ambiental e de ESG (Ambiental, Social e Governança), o CMA conta

agora com dois novos sócios. Paulo de Bessa Antunes é uma referência em direito ambiental no Brasil. Ele atuou durante 30 anos como Procurador Regional da República do Ministério Público Federal e como chefe da Assessoria Jurídica da Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Rio de Janeiro. Bessa Antunes é Procurador da República aposentado, com inúmeros livros publicados. A área ambiental também será reforçada com a chegada de Vilmar Gonçalves, especialista em direito ambiental, contencioso estratégico e Diretor de Arbitragem do CBMA - Centro Brasileiro de Mediação e Arbitragem.

Na área de contencioso cível e arbitragem, CMA conta ainda com o reforço de João Marçal Martins, mestre em direito pela University of Pennsylvania e vice-presidente de Projetos Especiais da Seção de Direito Internacional da



American Bar Association (ABA) com larga experiência em disputas nas áreas de energia, meio ambiente e infraestrutura.

A expansão fortalece suas capacidades em petróleo e gás, marítimo, contencioso e arbitragem, com foco particular em iniciativas ambientais e de sustentabilidade. Esta significativa expansão do grupo lateral, que inclui um dos principais praticantes indígenas da região, representa a etapa mais recente no alinhamento da CMA com a DLA Piper e suas firmas de relacionamento em toda a região e no Canadá.

"Temos trabalhado junto com nossos parceiros e clientes

na América Latina e no Brasil para identificar as principais áreas onde precisamos responder às demandas do mercado", disse Frank Ryan, presidente da DLA Piper para as Américas. "Este grupo de alto nível demonstra o compromisso do CMA e do DLA Piper em atender às necessidades críticas de nossos clientes no mercado jurídico global."

"Temos trabalhado junto com nossos parceiros e clientes na América Latina e no Brasil para identificar as principais áreas onde precisamos responder às demandas do mercado."

Fábio Campos Mello, managing partner do CMA, também considera a chegada do grupo um novo marco para a banca. "Temos certeza de que a vasta experiência dos novos sócios, alinhada aos 40 anos de atuação do CMA, ampliará ainda mais a nossa capacidade de atender com excelência os nossos clientes. Buscamos um time com um histórico sólido de atuação em áreas que estão em alta no mercado, sobretudo em energia, infraestrutura e meio ambiente. Todas essas áreas seguem em expansão na nossa economia com os clientes atentos aos critérios de ESG. Não é à toa que registramos um aumento de 50% no volume de negócios do CMA no último ano no que diz respeito à Governança Ambiental, Social e Corporativa. Certamente, com o reforço no time, iremos expandir ainda mais", comenta Fabio P. Campos Mello - managing partner do CMA.

FONTE: DIVULGAÇÃO CMA

João Marcelo Queiroz

Para reforçar sua atuação com Regimes Especiais, a Becomex anuncia a chegada do executivo João Marcelo Oueiroz, profissional com mais de 20 anos de experiência no segmento com passagens por empresas de grande porte como KPMG, Deloitte e Thomson Reuters.

"Os Regimes Especiais são o centro das nossas atividades e conhecemos a fundo todas as dificuldades deste cenário. Com a chegada do João Marcelo Queiroz, ampliamos nosso time multidisciplinar, com formação, conhecimento e vivência que respiram Regimes Especiais de uma maneira integrada". explica Gustavo Felizardo, Head de Regimes Especiais da Becomex.

João Marcelo Oueiroz terá atuação focada nos RECOF e RECOF-SPED, regimes que permitem que as empresas importem ou adquiram no mercado doméstico insumos para o seu processo produtivo, industrializem os seus produtos e os exportem, sem realizar o pagamento de tributos em quaisquer dessas etapas. Com eles ainda é possível vender e recolher os tributos após a concretização do negócio.

"Há dez anos venho acompanhando trabalho desenvolvido Becomex, que tem no seu modelo de negócio focado na tecnologia como um grande diferencial, que gera competividade, quebra paradigmas e



traz resultados. A partir de agora quero contribuir com os meus conhecimentos para complementar e consolidar este modelo de gestão", finaliza Queiroz.

Formado em Análise de Sistemas pela Universidade Metodista de Piracicaba, João Marcelo Queiroz tem especializações em Gerenciamento de Projetos e Gerenciamento de Projetos Produtivos pela UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas e GBC – Global Business Certificate em Inovação e Transformação Digital pela Escola Conquer.

Cescon Barrieu

O Cescon Barrieu anuncia reforço na área de Planejamento Patrimonial e Sucessório - Família e Sucessões com a chegada de Felipe Russomanno para integrar o time liderado por Gabriel Seijo. O objetivo é fortalecer a atuação full service do escritório. Com a expansão do time, o escritório passa a ser uma das primeiras grandes bancas do Brasil a ter uma equipe especializada atuando no mercado consultivo e contencioso da área. "O desafio de participar da estruturação de uma nova área me motivou a fazer esse movimento tão importante em minha carreira", afirma Russomanno.

Com 10 anos de experiência na advocacia especializada de Direito de Família e Sucessões, Felipe Russomanno chega como associado especializado no setor. O advogado é formado em Direito pela UFRGS, especialista em Direito de Família e Sucessões pela PUC-RS e mestre em Direito Civil pela USP. Atualmente, também é professor de Direito Civil da Universidade São Judas Tadeu (SP).

"A equipe é altamente qualificada e bastante entrosada. Nosso projeto é manter a filosofia de trabalho do Cescon Barrieu, contando com a expertise e parceria dos advogados das demais áreas na identificação de potenciais demandas e na apresentação de soluções para nossos clientes", acrescenta.

Segundo o advogado, o brasileiro vem percebendo a importância de se planejar, seja quanto ao seu relacionamento conjugal, seja quanto ao fim da própria vida. "Com a pandemia, as demandas cresceram ainda mais. Houve considerável aumento no número de escrituras públicas de união estável, de divórcios, de testamentos e de planejamentos sucessórios", diz ele. "Com a necessidade de isolamento social e mais tempo em casa, as pessoas passaram a enfrentar crises em seus relacionamentos ou a viver sob o mesmo teto. Isso gera consequências jurídicas.

Além disso, a morte se tornou algo mais próximo de todos", finaliza.

A área de Planejamento Patrimonial e Sucessório - Família e Sucessões é bastante abrangente quanto às questões patrimoniais, familiares e sucessórias, e a atuação inclui as esferas consultiva planejamentos sucessórios patrimoniaise contenciosa



-com divórcios, inventários e outras ações. Ter uma equipe especializada e dedicada à matéria torna-se um diferencial do Cescon Barrieu, já que o cliente passa a ter todas as suas demandas jurídicas atendidas pelo escritório que ele já conhece e confia. O escritório já tem, inclusive, diversos planejamentos sucessórios, inventários e ações de família em curso.

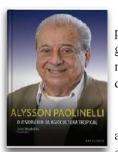
A multidisciplinariedade é uma marca da área, que, invariavelmente, vai trabalhar em parceria com Societário, Tributário, Mercado de Capitais e Imobiliário. Em caso de intenso litígio familiar, algumas vezes ocorrem desdobramentos na seara criminal, para o que o Cescon Barrieu também tem equipe especializada.

O Cescon Barrieu é um dos principais escritórios de advocacia do Brasil, trabalhando de forma integrada em cinco escritórios no Brasil (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador e Brasília) e, também, em Toronto, Canadá. Seus advogados destacam-se pelo comprometimento com a defesa dos interesses de seus clientes e pela atuação em operações altamente sofisticadas e muitas vezes inéditas no mercado. O objetivo do escritório é ser sempre a primeira opção de seus clientes para suas questões jurídicas mais complexas e assuntos mais estratégicos. www.cesconbarrieu.com.br

Alysson Paolinelli O Visionário da Agricultura Tropical

Foi lançado em São Paulo, na Fiesp, no mês passado, o livro "Alysson Paolinelli - O Visionário da Agricultura Tropical", biografia que conta a trajetória e o trabalho de Paolinelli, responsável por revolucionar a agricultura. O livro fala também do impacto e do legado do ex ministro para o Brasil e o mundo.

Alysson Paolinelli foi ministro da Agricultura, em 1974 e teve seu nome indicado ao Prêmio Nobel da Paz, em 2021.



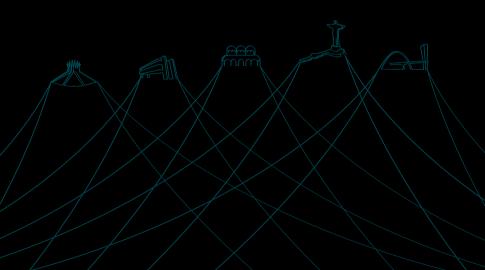
Em 2006, foi agraciado com o World Food Prize, prêmio que equivale ao Nobel de Alimentação, graças ao trabalho desenvolvido para ajudar a melhorar a qualidade e aumentar a quantidade e disponibilidade de alimentos no mundo.

O livro da **Editora Metalivros** tem prefácio assinado pelo professor Roberto Rodrigues e organização de Ivan Wedekin e se encontra disponível na versão ebook.





- Tributário
- Societário
- Regulatório
- Civil Empresarial
- Trabalhista
- Previdenciário



Fundos de Investimento Imobiliário com foco em áreas agrícolas entram no radar de investidores



Com a alta do agronegócio, ativos relacionados ao setor chamam a atenção de investidores interessados em diversificar suas carteiras e alcançar maior rentabilidade. Segundo dados da consultoria IHS Markit, as terras em locais de interesse para o agronegócio tiveram uma valorização média de 6% nos doze meses entre novembro de 2019 e 2020.

Para este ano, as expectativas sobre o setor também são otimistas: a CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil) projeta crescimento de 3% no PIB do agronegócio, enquanto o VBP (Valor Bruto da Produção Agropecuária – índice calculado a partir dos números de produção e preço) tem alta estimada em 4,2%.

Segundo a entidade, o aumento será mais tímido que em 2020 porque, no ano que passou, o cenário de pandemia e alta do dólar fizeram disparar os preços das commodities. Porém, segundo a CNA, os números representam um crescimento "robusto" do setor. E, claro, os bons ventos do setor devem continuar impactando positivamente no valor dos imóveis em áreas rurais.

FUNDOS DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIOS GANHAM DESTAQUE

"Mesmo olhando diversos segmentos, acreditamos principalmente nos loteamentos, que em nossa opinião são o berço do mercado imobiliário. Essa classe de ativo tem como diferencial a possibilidade de parcelamento e, com isso, mescla diversos segmentos, como incorporação vertical, residências, comércios, entre outros", afirma Matheus Siqueira, da equipe de Relação com Investidores da TG Core.

Segundo Siqueira, os fundos da gestora contam com investimentos pulverizados por todo o país e muitos deles pegam carona no momento positivo do agronegócio. "Nosso

foco abrange localizações com atuação pujante do agronegócio na economia local e nacional, como o MATOPIBA (estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia), considerado a grande fronteira agrícola nacional da atualidade, respondendo por grande parte da produção brasileira de grãos e fibras", afirma.

Além do MATOPIBA, a gestora também trabalha com projetos em outras regiões com grande potencial de valorização, como o Cinturão da Soja (estados do Pará, Amapá, Mato-Grosso e Mato-Grosso do Sul), caracterizado por forte produtividade e escoamento de grãos através da BR-163, além do estado de Goiás, Triângulo Mineiro e interior paulista.

AGRO CRESCE TAMBÉM DEMANDA SOBRE HABITAÇÃO

Um dos principais objetivos dos fundos de investimento imobiliários da TG Core é fortalecer a oferta de projetos residenciais em locais ainda pouco explorados e com grande crescimento. A intenção é propiciar o desenvolvimento de projetos habitacionais ao mesmo tempo em que traz rentabilidade para os investidores. É aí que o agro se destaca. "Buscamos investimento em regiões fora dos grandes centros, principalmente banhadas pelo agronegócio. O Brasil é um país com déficit habitacional de cerca de oito milhões de moradias, o que torna cada vez mais atrativa a urbanização no interior do país", destaca Matheus.

Para a gestora, o agro é um dos principais responsáveis pelo desenvolvimento econômico dessas regiões. "Devido ao desenvolvimento do agronegócio, diversos empreendedores regionais estão crescendo e, com isso, aumenta também a demanda por imóveis. São áreas pouco exploradas e, por isso, oferecem possibilidades de maiores retornos nos investimentos. Pretendemos seguir com essa tese em 2021", finaliza.

Air Products tem o maior projeto de hidrogênio verde do mundo: o Projeto NEOM

O mundo vive um momento de alinhamento de estratégias rumo a um objetivo comum: a descarbonização. A neutralidade do carbono é pauta do dia, uma vez constatado o papel do dióxido de carbono (CO2) no aquecimento global. A missão, portanto, é reduzir a emissão de CO2 na atmosfera o quanto antes e isso passa pela mudança de matriz energética nos setores de energia, indústria e mobilidade.

A transição já vem ocorrendo. Muitas indústrias têm se comprometido com novos processos para operar de forma limpa e sustentável. O mesmo ocorre no setor de transportes. Carros elétricos ou movidos a hidrogênio verde não são mais uma projeção para um futuro distante. Diversos países já apresentam opções de veículos adaptados a essas matrizes alternativas e o avanço destas tecnologias devem torná-

los cada vez mais acessíveis ao grande público.

O hidrogênio já vem sendo utilizado também em grande escala em indústrias para algumas aplicações e também como fonte energética. O que muitas pessoas ainda não sabem, é que dependendo do processo de produção, o hidrogênio tem suas categorias, divididas em 3 cores: cinza, azul e verde. Ainda, o mais utilizado pelas indústrias, é o cinza, produzido a partir de gás natural, com liberação de dióxido de carbono, o que contribui para o aquecimento global.

O azul, demanda o consumo de combustíveis fósseis, com captura e armazenamento de carbono visando ter uma menor pegada de carbono. Ele gradualmente vem sendo substituído pelo hidrogênio verde, produzido a partir de energia limpa como por exemplo solar, hidroelétrica, eólica ou uma combinação destas todas, ou seja, com zero impacto ambiental. Hoje a fabricação do hidrogênio verde demanda mais investimentos que a do azul, mas estudos recentes apontam que este custo está em queda e que o verde se tornará a opção mais econômica até 2030*.

E o Brasil desempenha um papel-chave nessa iniciativa mundial de descarbonizar o planeta, nas próximas décadas. Isso porque o país é abundante em recursos limpos para geração de energia necessária para produção do hidrogênio verde, como vento e sol para energia eólica e solar, respectivamente, além de hidrelétricas — nossa matriz energética é 83,7% renovável.

Comprometida com a descarbonização, a Air Products está com uma iniciativa adiantada para produção de hidrogênio verde em escala global. Trata-se da parceria entre Air Products, thyssenkrupp, ACWA Power e NEOM, para instalação de uma fábrica de amônia baseada em hidrogênio verde, movida a energia renovável na Arábia Saudita. Considerado o maior projeto de hidrogênio verde do mundo, essa parceria fornecerá 650 toneladas de hidrogênio sem carbono por dia, reduzindo as emissões de CO2 em três milhões toneladas por ano.

Previsto para entrar em operação em 2025, o Projeto

NEOM terá a Air Products como compradora exclusiva da amônia verde, que será destinado à produção de hidrogênio verde em diversos mercados internacionais, buscando atender prioritariamente o setor de transporte.

"A parceria da Air Products com a thyssenkrupp, ACWA Power e a NEOM é motivo de orgulho. Aproveitando o perfil único do sol e do vento do NEOM para converter água em hidrogênio, este projeto renderá uma fonte de energia totalmente limpa em grande escala

que eliminará emissões de carbono equivalentes a mais de 700.000 carros por ano. Queremos expandir pelo mundo a ideia do hidrogênio verde como um combustível produzido a partir de energia limpa, que não traga consequências para o meio ambiente, e disponível para todos os países", explica Marcus Marinho, Gerente Geral da Air Products Brasil e Argentina.

Recentemente, a Air Products também assinou um memorando de entendimento (MOU) com a Cummins Inc. para um projeto de aceleração de integração de caminhões com células de combustível de hidrogênio nas Américas, Europa e Ásia. A Cummins fornecerá motores elétricos de combustível de hidrogênio integrados em caminhões pesados de parceiros selecionados para a Air Products, que inicia processo de conversão de sua frota global de veículos.

80% das ONGs no Brasil já têm chave PIX para receber doações

Pesquisa da ABCR também mostra que 55% das instituições não sabiam que o Banco Central autoriza cobrança de tarifa nesta modalidade

No mês de julho, a ABCR (Associação Brasileira de Captadores de Recursos) realizou um estudo com mais de 150 organizações da sociedade civil (OSCs) de todo o Brasil sobre o uso do Sistema de Pagamentos Instantâneos, o PIX. A pesquisa mostrou que o PIX já é utilizado por 80% das ONGs consultadas e outras 15% já sinalizaram que pretendem aderir em breve.

No estudo, pelo menos 50% das ONGs que fazem uso da nova modalidade de transferência de recursos financeiros afirmaram que as doações aumentaram depois do PIX. No entanto, 55% das organizações consultadas alegaram desconhecer que o Banco Central do Brasil (BCB) autoriza a cobrança de tarifa por PIX recebido, independente do valor e somente 4% delas informaram ter fechado alguma conta bancária após a adoção do PIX.

A pesquisa também mostrou que a maioria das organizações acredita que o PIX facilita o recebimento de doações, devido à possibilidade da diversidade de chaves que uma organização pode ter para receber doações, entre elas o próprio CNPJ, utilizado por 80% das organizações. Na sequência, vem o e-mail das instituições sendo utilizado como chave (30%), número de telefone (12%) e chaves aleatórias (9%). A somatória é de mais de 100%, pois é permitida que cada ONG tenha até cinco chaves PIX cadastradas.

De acordo com dados do Banco Central, o PIX já conta com mais de 230 milhões de chaves cadastradas, entre pessoas físicas e jurídicas, que podem cadastrar mais de uma chave PIX no sistema, para diferentes contas bancárias, e já é considerado o principal meio de pagamento, superando os métodos mais tradicionais, como TED, DOC, boletos e cheques.

Cobrança por PIX

Em junho, a ABCR enviou uma carta ao Banco Central solicitando esclarecimentos sobre a possibilidade de que as

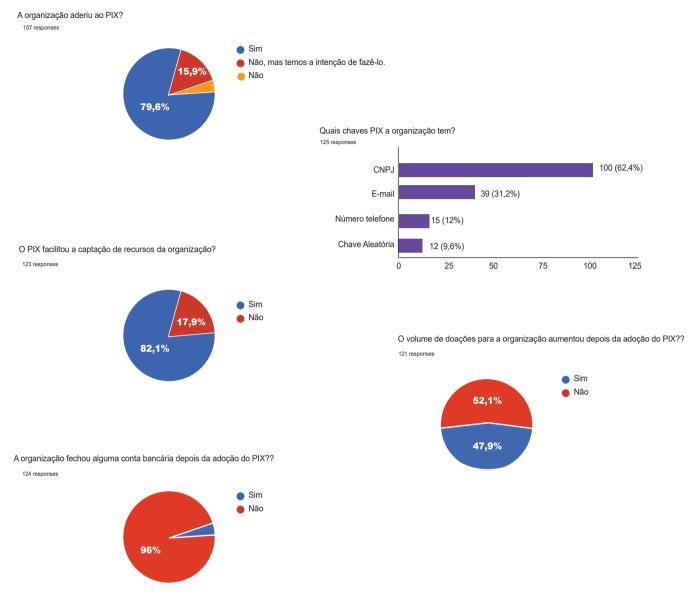
OSCs passem a ser cobradas no recebimento de doações via PIX. No pedido, a ABCR fez referência à Resolução BCB nº 19, que regulamenta a cobrança de tarifas do PIX, e à página de perguntas e respostas sobre o PIX no site do Banco Central. Em ambas, não existe previsão normativa de cobrança de tarifa em relação às recebidas.

"A norma do Banco Central é clara ao citar empresas e mencionar a cobrança de tarifa de recebimento de pagamentos e transferências. A doação, porém, é uma movimentação financeira distinta, que não se confunde tributariamente com a compra e venda de produtos ou serviços, e por isso entendemos não existir previsão formal para cobrança de taxas de doações recebidas via PIX", afirma João Paulo Vergueiro, diretor executivo da ABCR.

Proposta de Lei para evitar a taxação do PIX das OSCs está no Senado para análise

Um Projeto de Lei (PL 2.495/2021) está em análise no Senado e vai ao encontro com os questionamentos feitos pela ABCR, que trabalha justamente para evitar que essa possibilidade inviabilize o PIX como meio de doação. A proposta é impedir a cobrança de tarifas via PIX nas doações recebidas pelas organizações da sociedade civil e institutos de pesquisa sem fins lucrativos. A autora do projeto, a senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP), avalia que a cobrança da taxa desestimula os doadores e retira a renda que deveria ser investida em prol dos mais vulneráveis.

Para João Paulo Vergueiro "é até estranho imaginar alguém fazer uma doação filantrópica e o banco reter parte do valor. Nós vamos ter organizações pagando mais em taxas do que recebendo em doações". Para consultar o resultado da pesquisa, acesse https://captadores.org.br/abcr/quatro-emcada-cinco-organizacoes-da-sociedade-civil-aderiu-ao-pix-para-receber-doacoes/.



Sobre a ABCR

A ABCR (Associação Brasileira de Captadores de Recursos) (https://captadores.org.br) reúne e representa os profissionais de captação, mobilização de recursos e desenvolvimento institucional, que atuam para as organizações da sociedade civil no Brasil. Lidera campanhas, eventos e uma série de outras iniciativas de fortalecimento do setor e de apoio a quem atua por uma sociedade mais justa e democrática.

Os dados do Monitor das Doações Covid-19 (www.monitordasdoacoes.org.br/pt), criado pela ABCR para acompanhar o movimento de solidariedade que surgiu com a pandemia do novo Coronavírus em 2020, alcançou os 7 bilhões de reais, um recorde absoluto na história recente de doações para emergências no país.

Ranking posiciona a Trígono Capital como a 13º gestora que mais captou ações em julho

Competindo com grandes instituições financeiras, como Caixa Econômica, Bradesco e Itaú, gestora subiu duas posições em um mês e sua captação líquida de ativos cresceu 15,72%

Mais uma importante conquista para a Trígono Capital: a empresa é 13ª gestora que mais captou ações em julho e se consolida na liderança da categoria small caps, segundo o ranking de Asset Under Management e Captação, elaborado pela Quantum Finance, empresa especializada nas principais informações sobre o mercado financeiro. Com a escalada de duas posições em apenas um mês, a captação líquida dos ativos da gestora cresceu 15,72% no período, uma valorização relevante e que posiciona a Trígono Capital na competição com os grandes bancos, como Caixa

Econômica, Bradesco e Itaú. Pelo levantamento, no mês de julho, das 660 gestoras de recursos em atividade, 359 tiveram captação positiva e 211 perderam recursos

Para o sócio e gestor, Werner Roger, a colocação é atribuída, sobretudo, à boa performance dos fundos da gestora, que se destacam em relação às outras instituições. "Em nossa carteira temos fundos que proporcionam alternativas de diversificação aos investidores, notadamente no segmento small caps, nossa especialidade e foco, com rentabilidade muito acima dos demais fundos comparáveis, e democráticos, com aplicação inicial de R\$ 250. Além disso, disponibilizamos para os investidores alternativas em diferentes estratégias, como small caps, retorno absoluto, dividendos, energia e de previdência, todos com excelente retorno", explica.

Na carteira da Trígono Capital, a maior visibilidade vai para o fundo de ações Trígono Flagship 60 com valorização de 58,8% no acumulado do ano (de janeiro a 30 de julho), superando com amplitude seu benchmark SMLL, já que o índice se valorizou apenas 5%. A rentabilidade do Trígono Delphos Income FIC FIA fechou com 55,5% em 2021, comparado a mero 0,3% do benchmark de dividendos, o IDIV, e valorização de 165% desde seu lançamento em 26 de abril de 2018, enquanto o IDIV apresentou uma valorização de 53% no mesmo período. Já o fundo de ações livres, o Trígono Verbier FIA rendeu 54,8% no ano superando o índice Ibovespa com performance de apenas 2,3% no mesmo período. Na comparação histórica, o desempenho do Verbier é ainda mais notável. Desde sua criação, em setembro de 2007 o fundo acumula uma valorização de 1.164,9% contra 87,7 do seu benchmark.

A Trígono Capital também dispõe de dois fundos de previdência em sua carteira com excelentes performances no mercado. Um deles é o Trígono 70 Prev que apresentou



rentabilidade de 27,4% no acumulado do ano, contra 1,64% do seu benchmark. Já o retorno dos investimentos no Trígono Icatu 100 PREV FIA alcançou valorização de 48% no ano, superando com distância o resultado Ibovespa que registrou apenas 2,3% no mesmo período.

Praticamente, todos os fundos da gestora são líderes em suas respectivas categorias e seguem em evidência no mercado, sem uso de derivativos ou alavancagem, e com as mais baixas volatilidades em cada segmento. Prova disto, é que

a gestora conquistou os quatro primeiros lugares do ranking da Morningstar dos melhores fundos de investimentos em ações no primeiro semestre de 2021. No pódio apareceram os fundos: Trígono Flagship (fechado para o mercado), Trígono Flagship 60, Trígono Verbier e Trígono Delphos, os três últimos com classificação cinco estrelas atribuídos pela Morningstar que considera a relação de risco e retorno, sendo a única gestora a conquistar este feito.

As conquistas consagram a reputação da Trígono Capital no mercado. A empresa já acumula mais de 65 mil cotistas e ultrapassa a marca de R\$ 1,7 bilhão em investimentos sob sua gestão em menos de quatro anos do início de suas atividades,

consolidando-se como a principal gestora de small caps no país. As oportunidades expansão são muitas, considerando a oferta de fundo principais nas plataformas digitais e escritórios de agentes autônomos. Segundo o cofundador e gestor. Frederico Mesnik, a meta agora é ampliar a carteira de fundos de ações com novos produtos e o número de clientes para 100 mil até o fim de 2021.

RANKING DE CAPTAÇÃO DE AÇÕES EM JULHO					
GESTÃO	POSIÇÃO	CAPTAÇÃO LÍQUIDA/AUM			
BB Gestão de Rec. DTVM	1°	7,93%			
Itaú DTVM	2°	3,10%			
Pessoa física	3°	9,80%			
Itaú Unibanco	4°	2,09%			
Safra Asset Management	5°	2,28%			
Bradesco Asset Management	6°	1,43%			
BNP Paribas Asset Managem	ent 7°	7,01%			
Caixa Econômica Federal	8°	1,50%			
JGP	9°	6,91%			
Athena Capital	10°	22,41%			
Dynamo Adm. de Recursos	11°	1,28%			
XP Asset Management	12°	1,35%			
Trígono Capital	13°	15,72%			

A pandemia de Covid-19 e seu impacto nos fluxos globais de contêineres



O início do ano de 2021 poderia ser chamado de uma "Tempestade Perfeita" para os fluxos globais de contêineres. "Tempestade" que foi motivada pela evolução dos desdobramentos do ano completamente atípico e absolutamente excepcional de 2020.

Em 2020 a demanda global de transporte marítimo cresceu ao mesmo tempo que diversas medidas para conter a pandemia de Covid-19 foram necessárias e adotadas ao redor do mundo, causando severo stress nas cadeias logísticas globais. Logo no primeiro trimestre de 2020, com o surgimento da pandemia, diversos países decretaram lockdown.

Navios do mundo inteiro foram parados com toneladas de cargas a bordo, contêineres ficaram presos no interior dos países e atividades portuárias foram paralisadas.

A queda da movimentação de cargas foi dramática naquele momento, em todos os mercados, na ordem de dois dígitos.

No Brasil não foi diferente, gerando um desbalanceamento entre importações e exportações. Já no ano passado, tal cenário gerou grande desequilíbrio nos fluxos logísticos e obrigou os armadores a ampliar os esforços operacionais e ajustes de programações.

De julho a setembro de 2020, ocorreu uma retomada surpreendente. A demanda foi fortemente impulsionada pelos programas de ajuda e estímulos governamentais, pela mudança de padrões de consumo e pela necessidade de reposição de estoques, concentrada em período curto, primeiro nos Estados Unidos e em seguida na Europa.

A resposta dos transportadores marítimos foi imediata. Os associados do Centronave aplicaram toda e qualquer capacidade disponível e eventualmente antes com baixa utilização, adiando a desativação de embarcações mais antigas e executando reparos antieconômicos em contêineres danificados. Enfim, utilizando suas frotas de navios e equipamentos em sua capacidade máxima.

Ainda assim os gargalos em praticamente todos os níveis da cadeia logística continuaram, mesmo causados por fatores externos completamente fora do controle dos armadores, eles continuaram e seguem trabalhando para mitigar os efeitos da pandemia e do atual congestiomento global para que o comércio brasileiro e mundial não parem.

Eventos como a paralização de Suez e de portos chineses em nada ajudaram este quadro.

E graças a diligência de todos os agentes envolvidos, as exportações Brasileiras apresentam um forte desempenho no início de 2021, e marcaram o terceiro trimestre consecutivo de sólido crescimento. Já as importações apresentaram os primeiros sinais de recuperação mais consistente.

Para o segundo semestre de 2021, não se enxerga ainda uma melhora significativa no quadro global, mas os associados do Centronave seguem apostando no Brasil e não medirão esforços para manter os produtos brasileiros em constante movimento.

Sobre o Centronave: O Centro Nacional de Navegação Transatlântica (CENTRONAVE) é uma entidade associativa com 114 anos de existência e congrega as 19 maiores empresas de navegação de longo curso em operação no Brasil. Juntas representam o transporte de cerca de 97% do comércio exterior brasileiro em contêineres. O CENTRONAVE tem como objetivo promover a melhoria das atividades marítimas em geral e a proteção dos direitos e interesses coletivos de seus associados, para os quais tem ampla e irrestrita representação.

Brasil faz bonito em premiação internacional de design

Inovador e moderno, Spa Curie Riolax conquista competição internacional símbolo de excelência em design e inovação



RODRIGO BORGES CEO DA RIOLAX

O Spa Curie Riolax, considerado o maior da categoria no Brasil, projeto desenvolvido pela NOI Design Studio para a marca Riolax Hidromassagens, é vencedor do prêmio A'Design Award and Competition, um dos maiores e mais difundidos prêmios internacionais que premia os melhores designs, conceitos de design, produtos e serviços. "Estamos muito orgulhosos

e felizes pela premiação que veio para reafirmar a qualidade, beleza e inovação do nosso produto", diz Rodrigo Borges, CEO da Riolax.

O Spa Curie Riolax é assinado pelo designer Fernando Pastre. "Ele conseguiu o equilíbrio perfeito entre forma e função, muito influenciado por seus projetos no ramo automobilístico, criando um produto icônico, único, clean e inovador, onde cada linha tem um porquê, tornando-o digno da premiação", declara Borges.

Mas Rodrigo ressalta que a grandiosidade do Spa Curie Riolax vai além das formas. A começar pelo nome, que faz referência a um dos maiores nomes femininos da história: Marie Curie. "Esta grande cientista polonesa, com naturalização francesa, foi a primeira mulher a ganhar um Prêmio Nobel e a primeira e única do sexo feminino a vencer o prêmio por duas vezes, um em química e o outro em física. Marie Curie conduziu pesquisas pioneiras e tornou-se ícone por suas contribuições para a ciência, e nada mais justo do que homenagear essa grande personagem revolucionária, assim como nosso produto", explana o CEO da Riolax.

O executivo explica ainda que o spa é todo produzido em acrílico e conta com iluminação em LED, ideal para realização de cromoterapia, 108 jatos de hidromassagem, o que proporciona uma massagem completa aos usuários, podendo comportar até 8 pessoas confortavelmente, e, para completar o pacote, possui um frigobar integrado. "O Spa



SPA CURIE RIOLAX, CONSIDERADO O MAIOR DA CATEGORIA NO BRASIL, É VENCEDOR DO PRÊMIO A'DESIGN AWARD AND COMPETITION

Curie é versátil, combinando com qualquer ambiente, como varandas, coberturas, terraços, jardins, dentro de casa e em outros espaços mais reservados, conferindo aquele toque de conforto nas mais variadas residências", afirma.

Um produto tão inovador, de acordo com ele, não poderia deixar de estar integrado às novas tendências tecnológicas, sendo possível conectá-lo ao sistema de automação das casas inteligentes, o que permite controlar todos os seus comandos como iluminação, temperatura da água, intensidade dos jatos e temperatura do frigobar, por meio de um aplicativo. "A alta tecnologia dos nossos produtos também facilita a higiene da água e permite o reuso por até um mês graças ao filtro ozonizador", conclui Borges. "A grandiosidade do Spa Curie Riolax vai além das formas. A começar pela referência a uma das maiores personalidades femininas da história: Marie Curie", destaca Rodrigo Borges, CEO da Riolax.

Conheça os incríveis usos e benefícios do bambu!



ABSORVE CO2 DA ATMOSFERA

A planta usa o CO2 da atmosfera para produzir carboidratos por meio da fotossíntese e é considerada uma das espécies que mais capturam este gás. Portanto, o cultivo do bambu serve para alcançar algumas das metas do Protocolo de Kyoto em relação a redução de gases de efeito estufa.

RESISTENTE, FLEXÍVEL E LEVE

Resistente: o bambu é mais resistente à tração do que o aço porque possui uma estrutura molecular mais compactada. Além disso, a produção de aço é mais cara, polui e degrada o ambiente.

Pesquisadores também teceram o bambu com resina epoxi e obtiveram um produto mais resistente do que a fibra de carbono, sem falar que o bambu é 100 vezes mais barato do que este material.

Flexível: esta característica permite que o bambu seja usado na construção de edificios a prova de terremotos.

Leve: o fato de ser leve, além de compacto, facilita o seu transporte. A leveza também facilita o seu manuseio nas construções.

ISOLANTE TÉRMICO

O bambu pode ser usado na construção de tetos e paredes para ter o efeito de isolante térmico (deixando o ambiente bem fresco nos dias quentes), e além disso acaba servindo como decoração.

LIBERA MAIS OXIGÊNIO DO QUE OUTRAS PLANTAS

O bambu libera 35% mais oxigênio do que outras plantas

FONTE CICLO ORGÂNICO

Chinesa Moutai é a marca de bebidas alcoólicas mais valiosa do mundo



Segundo ranking BrandZ da Kantar, marca está avaliada em US\$ 109,3 milhões

A chinesa Moutai é a marca de bebidas alcoólicas mais valiosa do mundo. Ela cresceu 103% no último ano e atingiu um montante de US\$ 109,3 milhões. Os dados são do BrandZTM Marcas Globais Mais Valiosas 2021, produzido pela Kantar, líder em dados, insights e consultoria. Anualmente, a empresa analisa os movimentos do mercado e entrega tanto um ranking geral como recortes de categorias.

A Moutai é um baijiu (licor) feito à base de sorgo produzido pela Kweichow Moutai. Uma garrafa de meio litro custa em média 1.498 yuan (cerca de R\$ 1.250). A marca vem sendo adquirida, principalmente, por integrantes da crescente classe média do país, que buscam a sensação de luxo e o status que seu consumo traz.

O sucesso da Moutai contribuiu com o crescimento do segmento como um todo. De acordo com o BrandZTM, as 20 maiores companhias de bebidas alcoólicas totalizaram US\$ 245,3 milhões, o que aponta uma alta de 49% em relação ao ranking de 2020. O valor ainda posiciona o setor acima de categorias como Cuidados Pessoais, Automóveis e Luxo.

Destaques da categoria

Outras marcas que aparecem no ranking de bebidas alcoólicas da Kantar merecem destaque. É o caso da Wu Liang Ye, baijiu feito com cinco grãos orgânicos e fabricado pela Wuliangye Yibin, concorrente direto da Moutai. A companhia ocupa a terceira posição da categoria, com valor de mercado de US\$ 14.5 milhões.



A mexicana Corona, por sua vez, reforçou seu posicionamento graças a um lançamento. Trata-se da Corona Hard Seltzer, água com gás alcoólica saborizada que está fazendo muito sucesso nos Estados Unidos, a ponto de render US\$ 40 milhões para a empresa. No México, o aumento nas vendas em mercearias e lojas de bebidas cobriu a queda de 50% nos restaurantes. No BrandZTM, a marca ocupa a sétima colocação, com US\$ 8,8 milhões.

RANKING 2021	MARCA	PAÍS DE ORIGEM	VALOR 2021 (MILHÕES)	VALOR 2020 (MILHÕES)
1	Moutai	China	US\$ 109,330	US\$ 57,755
2	Budweiser	EUA	US\$ 16,173	US\$ 14,654
3	Wu Liang Ye	China	US\$ 14,539	N/A
4	Heineken	Países Baixos	US\$ 12,879	US\$ 11,136
5	Stella Artois	Bélgica	US\$ 10,901	US\$ 9,975
6	Bud Light	EUA	US\$ 9,373	US\$ 9,702
7	Corona	México	US\$ 8,893	US\$ 7,853
8	Jack Daniel's	EUA	US\$ 7,766	N/A
9	Skol	Brasil	US\$ 7,303	US\$ 6,819
10	Cass	Coreia do Sul	US\$ 7,024	N/A
11	Hennessy	França	US\$ 5,845	N/A
12	National Cellar 1573	China	US\$ 4,921	N/A
13	Tecate	México	US\$ 4,186	N/A
14	Smirnoff	Rússia	US\$ 4,113	N/A
15	Guinness	Irlanda	US\$ 3,846	US\$ 3,930
16	Brahma	Brasil	US\$ 3,834	US\$ 3,733
17	Yanghe	China	US\$ 3,718	N/A
18	Michelob Ultra	EUA	US\$ 3,715	N/A
19	Modelo	México	US\$ 3,472	US\$ 3,326
20	Asahi	Japão	US\$ 3,472	N/A

As 20 marcas de bebidas alcoólicas mais valiosas do BrandZ 2021

Desafios do setor

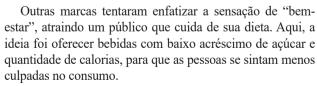
De forma geral, 2020 foi um ano dificil para as marcas de bebidas alcoólicas. A perda do mercado hoteleiro e o fechamento de bares e restaurantes fez com que grandes empresas brigassem diretamente com companhias artesanais para ganhar espaço no carrinho de compras dos clientes.

No escopo do marketing, as marcas deixaram de depender de grandes festivais de música e campeonatos esportivos. Em vez disso, precisaram se adaptar a ocasiões do dia a dia. Isso porque, neste ano, as bebidas foram consumidas mais em jantares caseiro do que em noitadas na cidade.

Nesse contexto, as empresas usaram diferentes estratégias para se tornarem competitivas. Algumas delas optaram por inovação e saborização. Para aproveitar o boom das Hard Seltzer em mercados como

Estados Unidos, Canadá e Austrália,

a Smirnoff, por exemplo, apostou em um kit com 12 sabores da Smirnoff Seltzer, incluindo laranja, pêssego, amora e piña colada.



Confira o ranking e outras análises do BrandZTM Marcas Globais Mais Valiosas 2021 em www.kantar.com/brandz.



Jurisprudência

TRF3 ganha Prêmio Ajufe de Boas Práticas de Gestão



Iniciativa prestigia trabalhos que apostam em transformação, criatividade e alternativas para superação das dificuldades

O Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3) foi vencedor do V Prêmio AJUFE Boas Práticas de Gestão na categoria "Inovadores Prêmio Boas Práticas - Institucional". A premiação, realizada pela Associação dos Juízes Federais do Brasil (AJUFE), busca identificar, valorizar e propagar ações realizadas na Justiça Federal.

Para o presidente do TRF3, desembargador federal Mairan Maia, a conquista recompensa os esforços de magistrados e servidores no âmbito da inovação. "É muito gratificante o reconhecimento do trabalho desempenhado na 3ª Região", destaçou

"O prêmio conferido à instituição demonstra que temos mais do que um ou outro projeto de grande destaque: há uma cultura de incentivo à inovação. Graças à atuação colaborativa e extremamente dedicada de magistrados e servidores, produzimos soluções de referência para todo judiciário", afirmou o desembargador federal.

O objetivo da condecoração, com atenção especial à pandemia da Covid-19, é prestigiar os trabalhos que apostam em transformação, criatividade e alternativas para superação das dificuldades, além da prestação jurisdicional com excelência.

A entrega foi realizada no dia 20/10, em cerimônia virtual, durante o V Fórum Nacional de Administração e Gestão Estratégica (Fonage).

PROJETOS VENCEDORES

I. Boas práticas dos magistrados na Justiça Federal

1 º lugar: "MonitoraPrev" — Priscilla Pereira da Costa Corrêa, Michele Menezes da Cunha, Caroline SomesomTauk, Larissa Soldate Correia, Pedro HikaruOishi, Vinicius Drummond de Paiva, Claudia Coutinho Gomes e Rosângela do Carmo Olivieri

II. Boas práticas dos servidores na Justiça Federal

1º lugar: "Implantação Custo-Efetiva de Sistema Autônomo Tolerante a Falhas com Suporte a IPv6 por Meio de Ferramentas de Código Aberto — Um Estudo de Caso da Justiça Federal no Rio Grande do Norte" — Wellington Silva de Souza, Bruno Santos Fernandes da Silva e David Montalvão Junior

III. Boas práticas para a eficiência da Justiça Federal

1º lugar: "Projeto Linguagem Jurídica Inovadora" – Alexandra da Silva Amara e, Antonio Carlos Motta Machado Filho

IV. Sugestões de estudantes universitários de graduação -Boas práticas para a Justiça Federal

1º lugar: "O papel do estagiário na efetivação do cumprimento de metas do Conselho Nacional de Justiça" – Bárbara Medeiros de Aguilar

V. Especial: Boas práticas relacionadas a implementação de medidas para superar obstáculos decorrentes da pandemia COVID19

1º lugar: "Sistema Digital de Atermação" – Paulo Paim da Silva, Ingrid SchroderSliwka, Marcos Vinícios de Azevedo Jobim, Gisele Lopes, Aline Regina Carlos, Piter Oliveira Vergara, Diego de Vargas Feijo e João Carlos Barbosa

VI - Inovadores Prêmio Boas Práticas – Individual Marco Bruno Miranda Clementino

VII - Inovadores Prêmio Boas Práticas - Institucional



Expediente

O Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças - IBEF Rio de Janeiro criado em 19 de maio de 1971, na cidade de sua sede nacional, o Rio de Janeiro, é uma entidade sem fins lucrativos considerada de utilidade pública nas esferas de governo federal, estadual e municipal, apartidária e que reúne os principais executivos e empresários do país.

Avenida Rio Branco, 156 - Conj. 402/4° andar, Ala C - Centro - Rio de Janeiro, R.J - CEP: 20.040-003

Tel.: (21) 2217-5555 | Whatsapp: (21) 96925-0202 | e-mail: ibefrio@ibefrio.org.br

Institucional: ibefrio.org.br | Programação: agenda.ibefrio.org.br | Locação de Ambientes: loc.ibefrio.org.br

LinkedIn: ibef-rio | Instagram: @ibef_rio | Facebook: ibefrio

BIÊNIO 2021/2023 - IBEF RIO DE JANEIRO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Ricardo Emmanuel Vieira Coelho Vice-presidente: Márcio João de Andrade Fortes

Membros: Manuel Fernandes Rodrigues de Sousa, Mônica Oliveira Costa Pinto Bendia, Sérgio Burrowes Raposo e Thomas Klien

CONSELHO FISCAL

Presidente: Jorge Saul Doctorovich

Membros: Luiz Affonso Neiva Romano e Gustavo Carvalho Pierotti Suplentes: João Carlos Reichmann Mader, Paulo Sergio Costa Lima Marques e Roberto Bar

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Gustavo Damázio de Noronha 1º Vice-presidente: Sérgio Burrowes Raposo

Vice-presidentes: Fernando Potsch de Carvalho e Silva, Mônica Oliveira

Costa Pinto Bendia e Patricio Marques Roche Secretário Geral: Marcos Chouin Varejão

DIRETORIA VOGAL

Consultar em: http://www.ibefrio.org.br/secoes/page/64/Diretoria-Vogal

– Revista IBEF –

Conselho Editorial

Eduardo Facó Lemgruber, Eduardo Lucano, Henrique Luz, José Gandelman, Márcio Fortes, Marcos Chouin Varejão, Mario Lopes, Nilton Molina, Roberto Lima Netto e Sidney Rezende.

Editor Responsável

Eduardo Cantidiano

Jornalista

Vilma Goulart (MTB 18585)

Distribuição

Simone Lira

Programação Visual

Red Design Comunicação

Fotos

Banco de imagens Red Design, Unsplash, Pixabay, Pexels, iStock e Burst

Publicidade e Marketing

EC - Editora e Comunicação Eduardo Cantidiano e.cantidiano@openlink.com.br (21) 99619-0771

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução de artigos publicados na Revista IBEF, desde que citada a fonte.

O IBEF não se responsabiliza por opiniões emitidas em artigos assinados.

Duda Oliveira. Intervenções urbanas escultóricas e pinturas de cromatismo intenso



Duda Oliveira é uma artista plástica contemporânea niteroiense, que cursou arte experimental na Escola de Artes Visuais do Parque Lage e História da Arte e da Arquitetura do Brasil, na PUC-RJ. Desde 2018 vem apresentando sua arte num ritmo frenético de exposições. Os trabalhos da artista vêm ganhando destaque nas Feiras Internacionais da Alemanha,

Luxemburgo, em Salas Culturais em Portugal, MASP, MAC Niterói, dentre outros importantes espaços culturais. A artista utiliza diversificados métodos e materiais para compor sua arte. Na escultura, utiliza na maior parte das vezes metal naval, mas a artista se permite novas experiências no campo pictórico, agregando materiais como cimento, estrutura de vergalhão e madeira.

Duda se lança agora a novas perspectivas de arte. Iniciou o projeto "Intervenções Urbanas", que são instalações de peças escultóricas em lugares movimentados da cidade, com a finalidade de alterar a paisagem de informação dos transeuntes, quebrando a rotina e a monotonia. "A arte contemporânea tem o compromisso de retirar o observador do estado de inércia, impedindo sua apatia face ao diferente. A intervenção urbana é a arte indo ao encontro do público, numa espécie de inversão ou remanejamento das coisas, tornando popular e acessível a qualquer classe social, dentro daquilo que sempre foi o ideal de Hélio Otticica de tornar a arte aberta, popular e compreensível", esclarece a artista.





Pinturas de Duda Oliveira

Outra diversificação na arte de Duda é que ela inicia agora um novo momento: a pintura. Utilizando-se de cromatismo intenso, a artista faz da pintura quase sua escrita, com marcas de sua forte personalidade, parece talhar a tela dando intensidade à textura, imprime estrias com plasticidade, dá livre curso a sua expressão e vivacidade à matéria ao tensionar, estirar e deslocar a tinta.

Esta série de pinturas fora denominada Anverso, para demonstrar que o trabalho de Duda se desdobra em várias facetas, a cada reinventar de suas ideias, nas suas buscas incessantes por novas forças para se expressar, mas sobretudo por ser um espírito irrequieto e buliçoso. A artista adianta que brevemente publicará seu livro, trazendo toda evolução de sua trajetória e de seus trabalhos.

Site: http://www.dudaoliveira.com/ Facebook: @dudaoliveiraartista Instagram: @dudaoliveiraartista





Seus investimentos estão alinhados ao mundo **ESG**?

FAÇA SUA ESCOLHA.

Presente em 500 escritórios em 80 países.





SEDE: Rio de Janeiro - RJ | São Paulo - SP | Belo Horizonte - MG | Recife - PE | Brasília - DF



novosnegocios@bkr-lopesmachado.com.br | www.lexbridge.com.br